

**Um espaço de cidadania para moradores do Bairro
Santa Mônica, Uberlândia - MG**
Emilly Isabele Rahim



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN – FAUeD

Emilly Isabele Rahim

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise
Fernandes Geribello

Um espaço de cidadania para moradores do Bairro Santa Mônica, Uberlândia - MG

Uberlandia, MG
Abril/2025

Agradecimentos

Às minhas meninas. Suas amizades e apoio incondicional tornaram essa jornada mais leve e divertida.

À minha orientadora, Denise, pela sua confiança, orientação e conselhos inestimáveis no processo deste trabalho.

À Princesa e sua companheira Madame, minhas cachorras, que me acompanharam em todas as longas noites anteriores às entregas de trabalho. E, finalmente, os meus pais, pelo amor, suporte, paciência,

compreensão e, principalmente, sempre acreditarem em mim - às vezes mais do que eu mesma.

Sumário

INTRODUÇÃO

TRAJETÓRIA NO CURSO	6
OBJETIVO GERAL	6
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
JUSTIFICATIVA	7
DIVISÃO DO CADERNO	7

ENTRE CALÇADAS E COMUNIDADES: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES E DO ESPAÇO URBANO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A ASSOCIAÇÃO	9
--------------	---

MAIS UMA CASINHA EM UBERLÂNDIA

CONTEXTUALIZAÇÃO	11
------------------	----

PRIMEIROS PASSOS

ARQUITETURA DO COTIDIANO, ARQUITETURA DA AMÉRICA LATINA E VISÃO DECOLONIAL

LUGAR DO PROJETO

ÁREA ESCOLHIDA	20
LEGISLAÇÃO	20
A ADEVIUDI	24
A FEIRA DO SANTA MÔNICA	25
A PARÓQUIA SANTA MÔNICA	26

ESTUDO DE CASO

PARQUE AUGUSTA	29
ESCOLA PRIMÁRIA EM GANDO	33

O PROJETO

CONCEITO	37
CIDADANIA	37
CONEXÃO	37

IDENTIDADE	38
EDIFÍCIO	41
LEVANTAMENTO DO EDIFÍCIO	43
PROGRAMA DO ESPAÇO DE CIDADANIA	44

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 – O ESTADO DE MINAS GERAIS E SUAS DIVISÕES ADMINISTRATIVAS	11	FIGURA 42 – IMAGEM DA FACHADA DO EDIFÍCIO	43
FIGURA 2 – MAPA BASE UBERLÂNDIA	11	FIGURA 43 – DIAGRAMA DE COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA	44
FIGURA 3 – MAPA COM AS DATAS DE APROVAÇÃO DOS LOTEAMENTOS DO BAIRRO SANTA MÔNICA	12	FIGURA 44 – DIAGRAMA DE COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA	46
FIGURA 4 – MAPA DE VAZIOS URBANOS DE 1983	13		
FIGURA 5 – PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	13		
FIGURA 6 – DIAGRAMA DO PERFIL DOS ESTUDANTES DA UFU FONTE: V PESQUISA NACIONAL DE PERFIL DOS GRADUANDOS DAS IFES (2018)	14		
FIGURA 7 – COLAGEM DE ALGUNS LANÇAMENTOS NO BAIRRO SANTA MÔNICA	15		
FIGURA 8 – CROQUI DO TELHADO	16		
FIGURA 9 – FICHA PRODUZIDA PARA O LEVANTAMENTO	16		
FIGURA 10 – FACHADAS DE ALGUMAS CASAS LEVANTADAS	17		
FIGURA 11 – MAPA VIÁRIO	21		
FIGURA 12 – MAPA DE USO E OCUPAÇÃO FONTE:	22		
FIGURA 13 – MAPA DE GABARITO	23		
FIGURA 14 – MAPA DE PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS	24		
FIGURA 15 – FACHADA DA ADEVIUDI	24		
FIGURA 16 – FEIRA DO BAIRRO SANTA MÔNICA	25		
FIGURA 17 – FACHADA DA PARÓQUIA SANTA MÔNICA	26		
FIGURA 18 – IMAGEM DO INTERIOR DA PARÓQUIA (ABRIL/2005)	26		
FIGURA 19 – IMAGEM DO INTERIOR DA PARÓQUIA (ABRIL/2005)	27		
FIGURA 20 – IMAGEM DO INTERIOR DA PARÓQUIA (ABRIL/2005)	27		
FIGURA 21 – IMAGEM DO INTERIOR DA PARÓQUIA (ABRIL/2005)	28		
FIGURA 22 – IMPLANTAÇÃO ATUAL DA PRAÇA AMÉRICO FERREIRA DE ABREU	28		
FIGURA 23 – IMAGEM AÉREA DO PARQUE AUGUSTA, NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO	29		
FIGURA 24 – REGISTRO DAS PROSPECÇÕES INICIAIS	30		
FIGURA 25 – REINTEGRAÇÃO DOS JARDINS DO COLÉGIO DES OISEAUX	30		
FIGURA 26 – ÁREA SENDO UTILIZADA PELO PÚBLICO	31		
FIGURA 27 – VISTA A PARTIR DA ARQUIBANCADA	31		
FIGURA 28 – IMPLANTAÇÃO A PARTIR DA PREEXISTÊNCIA	32		
FIGURA 29 – NOVAS EDIFICAÇÕES E ARQUIBANCADAS	32		
FIGURA 30 – FACHADA DA ESCOLA PRIMÁRIA	33		
FIGURA 31 – IMPLANTAÇÃO DA 1 ^a FASE E POSTERIOR EXPANSÃO	33		
FIGURA 32 – FOTOGRAFIA DA CONSTRUÇÃO	34		
FIGURA 33 – PLANTA BAIXA	34		
FIGURA 34 – ELEVAÇÃO	34		
FIGURA 35 – DIAGRAMAS QUE EXEMPLIFICAM O FUNCIONAMENTO DO CONFORTO TÉRMICO	35		
FIGURA 36 – FOTO DE UMA DAS SALAS	35		
FIGURA 37 – DIAGRAMA DOS CONCEITOS	37		
FIGURA 38 – IMPLANTAÇÃO ATUAL DA PRAÇA AMÉRICO FERREIRA DE ABREU	38		
FIGURA 39 – IMPLANTAÇÃO ATUAL DA PRAÇA AMÉRICO FERREIRA DE ABREU	40		
FIGURA 40 – IMAGEM DA FACHADA DO EDIFÍCIO	41		
FIGURA 41 – IMAGEM DA FACHADA DO EDIFÍCIO	41		



Introdução

“A arquitetura é o que faz o espaço entre as paredes.”

Louis Kahn

Desde os primeiros dias de faculdade, nós, arquitetos e urbanistas, nos preocupamos com estruturas, vedações, materiais e mobiliários. No entanto, o que realmente define a arquitetura são as conexões e relações que se formam nos espaços que projetamos. A partir desse entendimento, percebi que não é o que desenhamos no papel que transforma um projeto em uma obra arquitetônica, mas, sim, os “vazios” – o espaço, a luz, a ventilação, a proporção e todas as emoções que o conjunto desperta no usuário. É nessa dimensão abstrata e intangível que a arquitetura se revela como uma verdadeira arte.

Trajetória no Curso

Quando precisei decidir qual seria o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), busquei refletir sobre a minha trajetória na graduação. O primeiro ponto de reflexão foi o impacto da pandemia de Covid-19 na minha trajetória como estudante e em todos os aspectos da minha vida. Cheguei de Teresina à Uberlândia-MG, na primeira semana de março de 2020. Duas semanas depois, voltei para Teresina-PI com uma mala de mão. Começar o curso de Arquitetura e Urbanismo sem nenhum contato com a cidade que seria parte do meu objeto de estudo, levou-me a questionar as minhas escolhas. Só tive a oportunidade de retornar a Uberlândia em julho de 2021 e, efetivamente, conhecer a cidade.

Outro ponto que me auxiliou na escolha do tema foi o projeto de pesquisa que o Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo estava desenvolvendo, intitulado “Invisibilidades na história da arquitetura e da cidade: revelando tipologias obscurecidas”. Nessa pesquisa, fui capaz de entender a importância do patrimônio construído para a identidade de uma comunidade, bem como reconhecer essa falta de referência na minha própria história. Embora tenha morado em Teresina-PI durante doze anos, a minha infância e as minhas memórias afetivas foram vividas no interior de São Paulo, em uma pequena cidade chamada Guapiaçu.

Durante a Iniciação Científica, compreendi como a produção da historiografia da arquitetura foi segmentada, o que definiu a relevância de alguns estilos e obras em detrimento de outros. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida teve como objetivo dar destaque a uma tipologia de edificação residencial que, embora muito recorrente na cidade de Uberlândia-MG, ainda é pouco estudada e documentada, pelo fato de sua construção ser a margem da produção formal de arquitetos e engenheiros. O levantamento

integrou uma investigação – parcial, pois está em andamento –, cujo objetivo era analisar a aplicação de saberes e tradições na produção arquitetônica dos bairros Saraiva e Santa Mônica, no município de Uberlândia-MG, além de identificar e compreender a recorrência dessa tipologia que não constava em manuais, mas está muito presente na cidade e faz parte do cotidiano, da memória e da identidade dessas comunidades.

Ademais, durante os levantamentos da pesquisa, comecei a conhecer efetivamente o bairro Santa Mônica e a me maravilhar com sua diversidade, sua dinâmica, sua vitalidade e, principalmente, como o bairro acolhia todos aqueles que, como eu, eram forasteiros. Nas pesquisas sobre o Santa Mônica, descobri que o bairro tem uma Associação de Moradores desde 1984, porém, não há uma sede física, nem o reconhecimento geral da comunidade.

Objetivo Geral

Neste trabalho, temos como objetivo criar uma sede para a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Mônica, bem como a revitalização da Praça Américo Ferreira de Abreu, conectando-as ao bairro, para reforçar a sua visibilidade e, consequentemente, a sua utilidade, por meio de uma arquitetura democrática, acessível e identitária para a comunidade.

Objetivos Específicos

Para projetar um ambiente que estabelecesse uma verdadeira conexão com o bairro Santa Mônica, partimos dos levantamentos realizados durante a minha pesquisa de iniciação científica. Dentre mais de cem exemplares catalogados, selecionei um edifício típico, localizado em frente à Praça Américo Ferreira de Abreu, para abrigar a sede da associação. Além da análise arquitetônica, conversamos com o atual presidente eleito da Associação de Moradores, Ivando Pereira de Araújo, para conhecer as suas demandas, necessidades e expectativas. Buscamos, também, aprofundar o entendimento sobre a dinâmica cotidiana do bairro, sua história e suas carências estruturais, com o objetivo de desenvolver um projeto democrático, sensível às especificidades locais e capaz de se integrar de maneira autêntica ao tecido urbano e social existente.

Justificativa

Esta proposta surgiu devido à ausência de uma sede própria para a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Mônica, bem como da sua limitada abrangência e atuação no território. Diante disso, propomos a criação de um espaço físico para a Associação, para atender às suas demandas e atuar como um catalisador de cidadania e pertencimento. Para ampliar o alcance social e urbano do projeto, optamos por integrar à proposta a Praça Américo Ferreira de Abreu, situada em frente ao edifício escolhido. A nossa intenção é potencializar esse espaço público como um lugar de encontro, participação e vida comunitária.

A escolha do edifício a ser revitalizado se relaciona diretamente com a minha trajetória na Iniciação Científica, quando investiguei tipologias habitacionais comuns na região, muitas vezes, invisibilizadas pela historiografia da arquitetura. O edifício selecionado encontra-se, atualmente, em estado de abandono, mas carrega características relevantes para a memória e a identidade do bairro, o que o torna significativo quanto patrimônio cotidiano.

Este trabalho, portanto, se justifica pela necessidade de valorizar arquiteturas que emergem das demandas reais da comunidade e que possam se tornar ferramentas de inclusão, liberdade, diálogo e fortalecimento da identidade coletiva. Buscamos, ainda, lançar um novo olhar sobre o patrimônio ordinário, compreendendo-o como parte essencial da construção da cidade e da cidadania.

Divisão do Caderno

Este caderno é dividido em duas partes. Primeiramente, apresentamos a fundamentação teórica, discorremos sobre o que é uma associação de bairro e qual é a sua importância para a comunidade, além de como a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo podem ser instrumentos úteis para fortalecer essas instituições. Em seguida, introduzimos o contexto que aborda as origens do município de Uberlândia-MG e do bairro Santa Mônica, que servem de cenário para este projeto. Além disso, abordamos a importância dos patrimônios não monumentais e cotidianos, principalmente, com base no contexto latino-americano. Na segunda parte, exemplificamos a análise de dois projetos já construídos e fazemos uma análise mais específica do entorno imediato do edifício existente. Após a fundamentação, apresentamos os resultados deste projeto.

Entre Calçadas e Comunidades: O Papel das Associações e do Espaço Urbano na Construção da Cidadania

De acordo com Heideman (2018), a sociedade civil é entendida como um espaço intermediário entre o Estado e a sociedade. Este espaço é constituído por cidadãos que trabalham em conjunto e que têm objetivos em comum. Nesse sentido, as associações comunitárias agiriam como uma ponte, articulando novos espaços de diálogo entre o povo e levando essas solicitações ao Estado. Ademais, as associações podem agir como uma instituição organizada de participação efetiva e de cobrança constante ao poder público, estimulando a democracia. Da mesma forma, as associações de moradores têm por objetivo fortalecer a participação social nos bairros e propor demandas que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade.

As sociedades Amigos de Bairro surgiram nas décadas de 1950 e 1960, no Brasil. Segundo Abbers (1998, p. 52), “essas primeiras associações de bairro, formadas em grande parte por moradores pobres em busca de serviços públicos a seus bairros, raramente mobilizaram grande número de pessoas”. Além da pouca participação popular, essas associações, muitas vezes, se atrelaram a interesses políticos, comportando-se como paternalistas e clientelistas. Com o fim da ditadura militar e da elaboração da Constituição de 1988, essas instituições tiveram mais liberdade para debater seus papéis como organizações sociais e tornaram-se mais abertas e participativas, visando o bem comum.

Assim, as associações de bairro passaram a ser um dos principais acessos aos acontecimentos políticos e econômicos da região, com a capacidade de beneficiar o engajamento da comunidade no debate político, levando a um aperfeiçoamento da democracia. Além disso, as associações comunitárias, em geral, são consideradas catalisadoras do capital social, especialmente, no que se refere às camadas mais pobres. Para Baquero (2008, p. 397), “essas redes podem ser ativadas para facilitar a ação coletiva que seja benéfica não somente para os indivíduos, mas, sobretudo, para as comunidades”.

O termo capital social refere-se aos “traços da rede da vida social, normas e confiança, que habilitam os participantes a agirem em conjunto, mais efetivamente, para buscarem os objetivos compartilhados” (Teixeira; Popadiuk, 2003, p. 75), ou seja, o valor total de relacionamentos, redes e conexões que uma pessoa, empresa ou comunidade possui e pode utilizar para obter benefícios. Esse conceito é entendido como um dos principais pilares da democracia. A confiança é um dos elementos-chave do capital social, pois é ela que fortalece a cooperação entre os membros de uma comunidade, conferindo-lhes poder coletivo para intervir nos processos políticos, resolver problemas comuns e ampliar o diálogo com o poder público.

No entanto, no que diz respeito ao desenvolvimento da confiança da população, no Brasil, as associações comunitárias parecem não desempenhar o seu papel de forma efetiva. Apesar de serem reconhecidas como um espaço de representação, não há, de fato, uma promoção da educação política, do engajamento e da participação do cidadão e tampouco do resgate da confiança das pessoas nas instituições públicas (De Marchi et al., 2021).

Ao trazer a discussão para o campo da arquitetura, Jacobs (2000) entende a presença das pessoas nas ruas e do reconhecimento do lugar como uma forma de construir identidade e responsabilidade, não apenas pelos espaços privados de suas casas, mas, também, por sua extensão no espaço público.

Ao falar a respeito da segurança nas calçadas, mencionei a necessidade de haver, no cérebro por trás dos olhos atentos à rua, um pressuposto inconsciente do apoio geral da rua quando a situação é adversa – quando um cidadão tem de escolher, por exemplo, se quer assumir a responsabilidade, ou abrir mão dela, de enfrentar a violência ou defender desconhecidos. Existe uma palavrinha para esse pressuposto de apoio: confiança. A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas. (...) Grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma de tudo não é nem um pouco trivial. A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local – a maioria dos quais é fortuita, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa envolvida e não imposta a ela por ninguém – resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança (Jacobs, 2000, p. 48).

Esse trecho reforça a importância da confiança construída nas interações cotidianas em espaços públicos, como as calçadas. São esses pequenos contatos e gestos triviais entre as pessoas, como cumprimentos ou ajudas ocasionais, que geram um senso de segurança e apoio mútuo, algo que se torna crucial em situações adversas. Essa rede de confiança, desenvolvida de maneira informal e voluntária, promove o respeito e a solidariedade entre os moradores, criando um ambiente de confiança implícita que torna a rua um espaço físico e um local de proteção coletiva e pertencimento comunitário.

Entretanto, para que esse espetáculo dinâmico ocorra, é necessário um cenário apropriado: a rua. Esse elemento, que, muitas vezes, é tratado como uma consequência do parcelamento do solo e da criação de quadras e lotes, é membro fundamental da cidade. Nesse sentido, Hertzberger (1999) defende que a rua deve priorizar a interação social e refletir os valores da comunidade à qual serve. Assim, a arquitetura e o urbanismo devem ser capazes de projetar espaços públicos cuja essência esteja na promoção do convívio e no fortalecimento da coesão social.



A rua foi, originalmente, o espaço para ações, celebrações, e ao longo de toda história podemos ver como, de um período para o outro, os arquitetos projetaram o espaço público no interesse da comunidade a que de fato serviam. Este, portanto, é um apelo para se dar mais ênfase ao tratamento do domínio público, para que este possa funcionar não só para estimular a interação social, como também para refletir. Quando a todo espaço público, devemos perguntar como ele funciona: para quem, por quem e para qual objetivo (Hertzberger, 1999, p. 48).

Esse desejo de tornar os espaços públicos mais democráticos, acessíveis e significativos, também se aproxima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e que buscam tornar as cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis até 2030. Os ODS ressaltam a importância do acesso à habitação segura, a sistemas de transporte eficientes, a espaços públicos inclusivos e à proteção do patrimônio cultural e ambiental. Assim, com o propósito de aproximar as associações da comunidade, a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo podem agir como instrumentos capazes de criar espaços convidativos que estimulem a participação e fortaleçam a confiança dos indivíduos nessas instituições.

É a partir desses espaços públicos, como ruas e calçadas, que se estabelece uma base para criar a confiança mútua e promover a cidadania. Como defendem Jacobs (2000) e Hertzberger (1999), algumas soluções incluem projetar ruas que promovam a interação e refletem os valores da comunidade, isto é, criar ambientes que vão além de simples vias, tornando-os espaços de convivência e de pertencimento social. Em síntese, a identidade clara do distrito, cuja base depende quase totalmente da inter-relação de usos interna, é reforçada por uma organização governamental sólida (Jacobs, 1961, p. 280).

Para o projeto, buscamos explorar a importância das associações comunitárias e da arquitetura em contextos urbanos. A arquitetura não se limita apenas à criação de edifícios, é uma forma de arte que busca integrar as necessidades emocionais e físicas dos usuários aos espaços. Assim, o objetivo do trabalho é criar uma sede para a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Santa Mônica, que não seja somente um edifício, mas que, por meio da conexão com a Praça Américo Ferreira de Abreu, também seja um espaço de cidadania, fortalecendo a identidade e a coesão social do bairro.

A Associação

A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Santa Mônica (AMBASAM) foi fundada em 1984. No entanto, há poucos registros documentais sobre suas atividades ao longo dos anos, de modo que foi possível localizar apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade e o endereço de uma sala, posteriormente, identificada como uma sede provisória. As informações a seguir

foram obtidas por meio de uma entrevista realizada no dia 25 de setembro de 2024 com Ivando Pereira de Araújo, à época, presidente da AMBASAM.

O mandato da atual diretoria da AMBASAM venceu antes do início da pandemia de Covid-19 e, desde então, ainda não foram realizadas eleições para a recomposição dos cargos. Atualmente, a administração da Associação funciona de maneira provisória, sem uma sede própria, o que tem gerado dificuldades para a atuação e a visibilidade da entidade no bairro. A ausência de uma sede fixa compromete a referência territorial da associação e dificulta tanto o contato da população quanto o desenvolvimento das atividades previstas. Como afirmou um dos representantes da entidade: “eu tive muita dificuldade de trabalhar aqui... pela Associação. Não sei se é porque não tem uma sede própria, não tem uma sede fixa para as pessoas procurarem, né? Talvez possa ser por isso. Não tem uma referência”.

Nesse contexto, torna-se evidente a importância da implantação de uma sede própria, que ofereça uma estrutura adequada e tenha visibilidade institucional, para fortalecer a relação com a comunidade e possibilitar uma maior efetividade das ações. O atual presidente propôs um programa básico para a futura sede, que contempla um escritório administrativo; um espaço multiuso para eventos e reuniões; salas para atividades diversas, de acordo com as demandas da Associação e da comunidade.

A ideia é que esse novo espaço seja construído por meio de parcerias com moradores, empresários locais e demais interessados, promovendo maior interatividade e engajamento coletivo. Nas palavras do próprio presidente: “buscar a interatividade para poder realmente ter uma associação que vai acontecer, né? Porque, por enquanto, não existe... existe só juridicamente”.

O mandato da diretoria da Associação tem duração de dois anos. O processo eleitoral é coordenado pelo Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia, responsável pelo cadastramento de todas as instituições de bairro e demais entidades comunitárias da cidade. Os votantes incluem os moradores e os comerciantes da região, refletindo a diversidade dos agentes sociais atuantes no território.

Outra questão levantada pelo Sr. Ivando é a importância de associações de moradores em bairros já consolidados: “Eu acredito que associação de moradores funciona mesmo é em periferia, nesses bairros novos que estão iniciando, sabe? [...] Agora, no nosso caso aqui do bairro Santa Mônica, a associação de moradores aqui hoje, não sei se tem necessidade, porque praticamente é um centro, né?”.

A fala do presidente evidencia uma realidade preocupante: mesmo pessoas eleitas para ocupar o cargo máximo da Associação parecem não compreender – ou acabam por minimizar – o potencial de

influência e transformação que uma entidade como essa pode exercer. Ainda mais grave é o fato de que, ao não exercerem esse papel, acabam por negligenciar uma comunidade que carece de representação e apoio.

Durante a pesquisa, observamos que, diante da ausência de atuação efetiva da Associação, os próprios moradores passaram a se organizar de outras formas. Uma das ações mais relevantes foi a criação de grupos de WhatsApp que, de maneira informal, passaram a cumprir funções essenciais: avisos sobre situações de risco, como assaltos e indivíduos suspeitos; relatos de assédio a mulheres e casos de desaparecimento de animais de estimação. Paralelamente, surgiram também grupos com foco em apoio mútuo, nos quais são divulgadas oportunidades de emprego, prestação de serviços, vendas de produtos usados e roupas – os chamados “desapegos”.

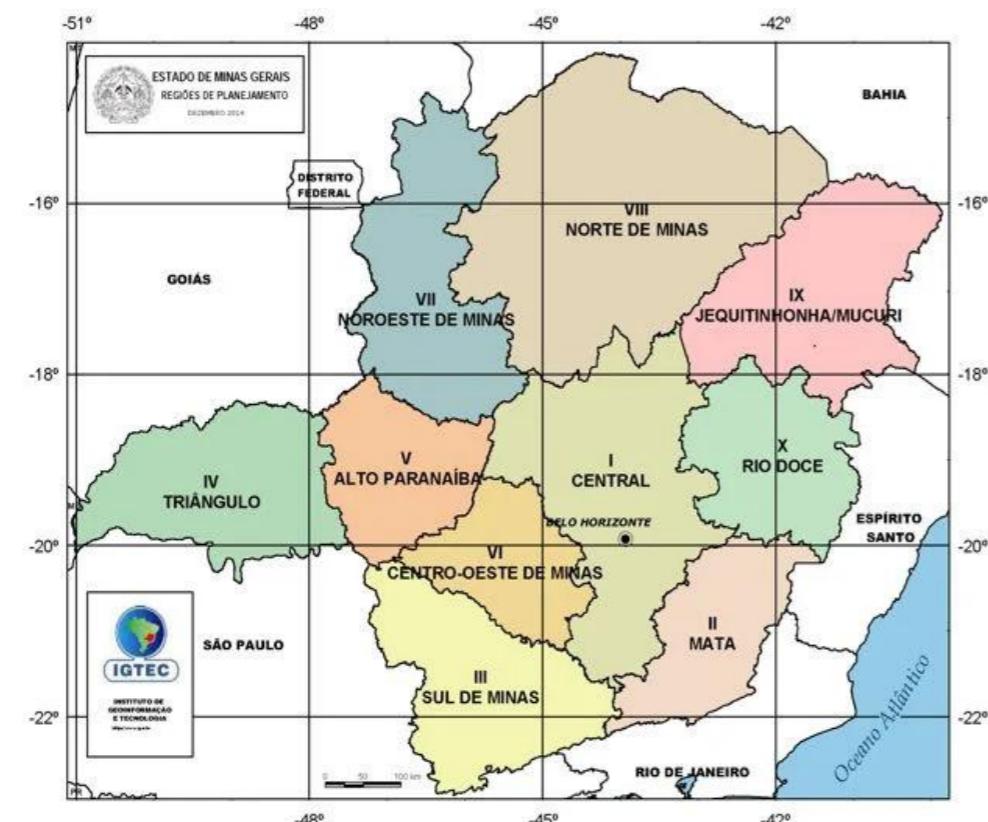
Esses grupos mostram, de forma contundente, que existe uma demanda real por organização comunitária, e revelam uma vontade latente de pertencimento, de colaboração e de cuidado mútuo entre os moradores. O que falta é uma instituição que articule essas ações dispersas, que organize, represente e aproxime os diversos perfis que coexistem no bairro, todos com necessidades comuns e, principalmente, com o desejo de fazer parte de uma comunidade mais conectada e solidária.



Mais uma casinha em Uberlândia

Contextualização

Figura 1 – O Estado de Minas Gerais e suas divisões administrativas



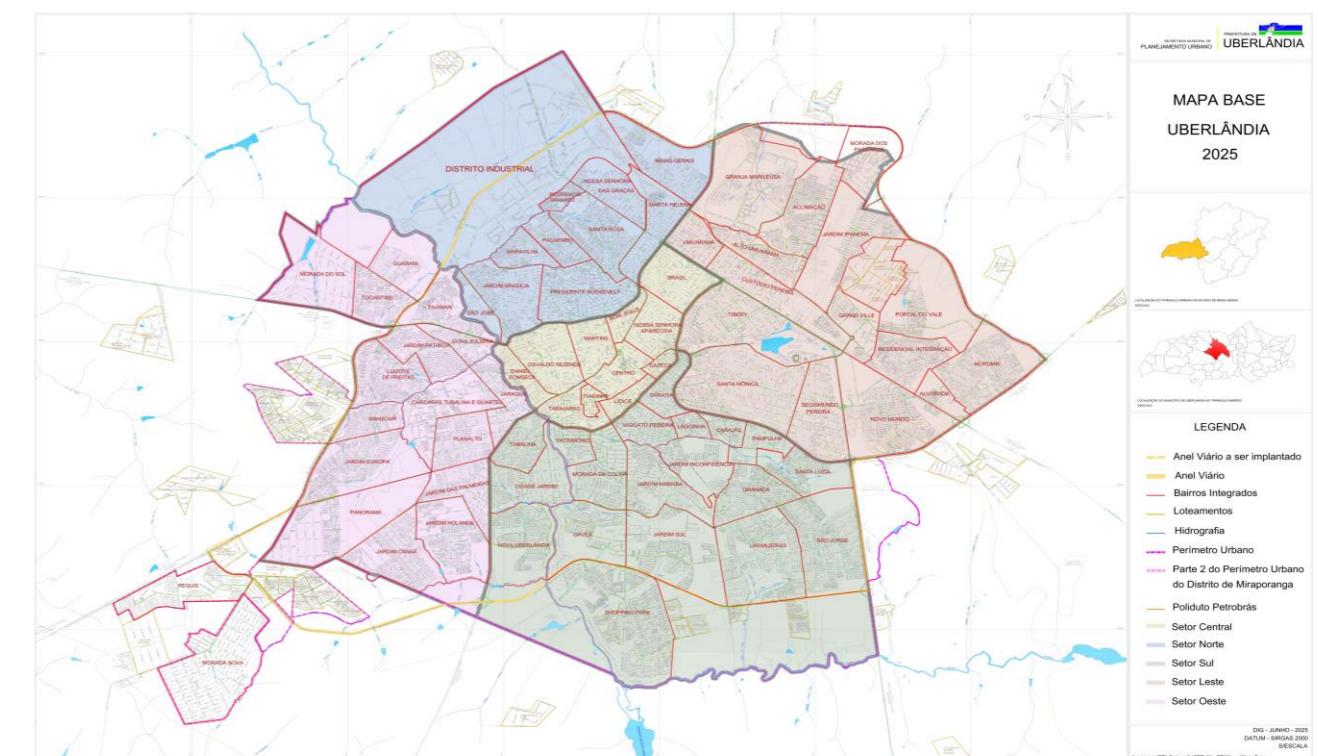
Fonte: IGTEC

O objeto deste estudo está situado em Minas Gerais, mais precisamente no Triângulo Mineiro, cujo nome se deve ao formato triangular da região, delimitada pelos rios Grande e Paranaíba. Outra característica singular é que essa área faz fronteira com São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, como mostra a Figura 1. Esta característica geográfica tem implicações diretas no desenvolvimento da região, o que facilita a sua ocupação e a transforma em um polo econômico vital para Minas Gerais. Dentre as cidades mais proeminentes, está Uberlândia, a segunda maior do estado.

Esse município mineiro ocupa uma área originalmente habitada por indígenas da etnia Caiapó, que, aos poucos, foram sendo dizimados e/ou afastados pela presença do homem branco, a partir do fim do século XVIII, com o deslocamento da população para o interior do país (Lourenço, 2007). A cidade, primeiramente nomeada de São Pedro de Uberabinha, era uma vila até a sua emancipação, em 31 de agosto de 1888. Assim, de 1895 em diante, com a chegada do transporte ferroviário, a cidade começou

a se expandir ao redor da Praça Cícero Macedo, processo que se intensificou em meados do século XX, com os esforços das elites locais empenhadas pela “modernização” do município. Na década de 1950, com a construção de Brasília e a abertura de rodovias que interligavam a nova Capital Federal a São Paulo, Uberlândia passou a se destacar no cenário nacional como um polo logístico, consolidando-se como ponto de conexão entre os grandes centros urbanos – como São Paulo e Rio de Janeiro – e o interior do país.

Figura 2 – Mapa Base Uberlândia



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria de Planejamento Urbano, Mapa Base de Uberlândia (junho/2025)

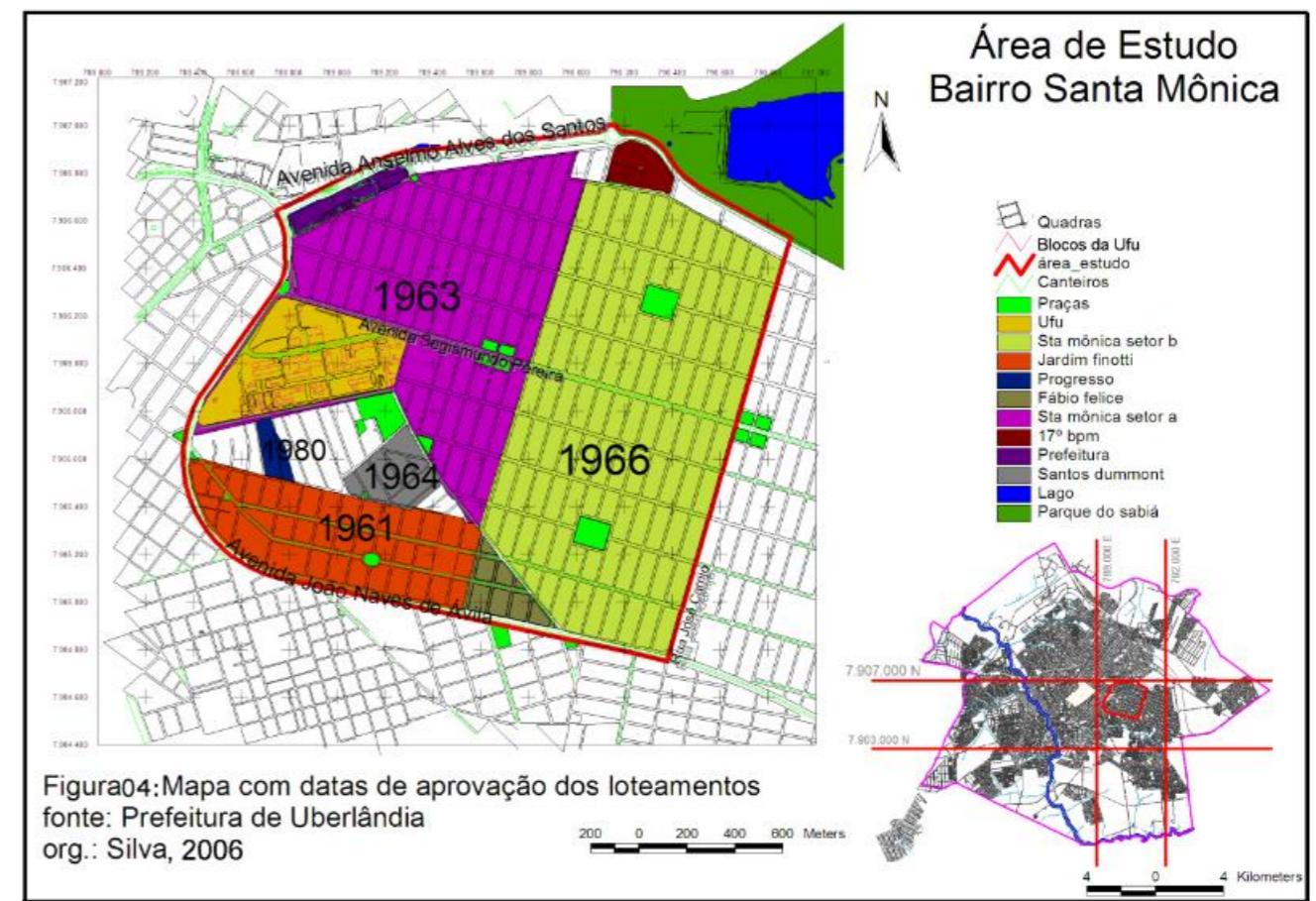
De acordo com o censo demográfico de 2022, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de Uberlândia era de 713.224 habitantes, com uma densidade populacional de 173,31 hab./km². Em 2024, a população estimada era de 754.954 habitantes. A média salarial mensal dos trabalhadores é de 2,7 salários-mínimos, ocupando a 26^a posição do estado, no ranking das médias salariais.

Em relação ao bairro Santa Mônica, sua história teve início no ano de 1964, quando foi realizada a assinatura pública de aceitação do terreno onde hoje está situado o Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), feita pelo então presidente João Goulart (Universidade Federal de Uberlândia, 2016). A escolha desse terreno para abrigar a UFU provocou uma grande expansão dos loteamentos ao redor, dentre eles o bairro Santa Mônica.

O parcelamento do bairro Santa Mônica ocorreu a partir da década de 1960. Essa expansão é fruto de uma especulação imobiliária, principalmente, da década de 1930 em diante. Para Soares (1997),

E assim foram crescendo os subúrbios, as chamadas vilas de Uberlândia, com adensamento de população, moradias e problemas de falta de água, energia elétrica, áreas de lazer, escolas e calçamento. (...) a cidade foi pensada e projetada historicamente, seguindo a lógica de mercado, princípio em que a exploração da terra urbana teria que ser a mais lucrativa possível, gerando vultosos recursos aos proprietários da terra, aos incorporadores imobiliários, enfim aos gestores do espaço.

Figura 3 – Mapa com as datas de aprovação dos loteamentos do Bairro Santa Mônica

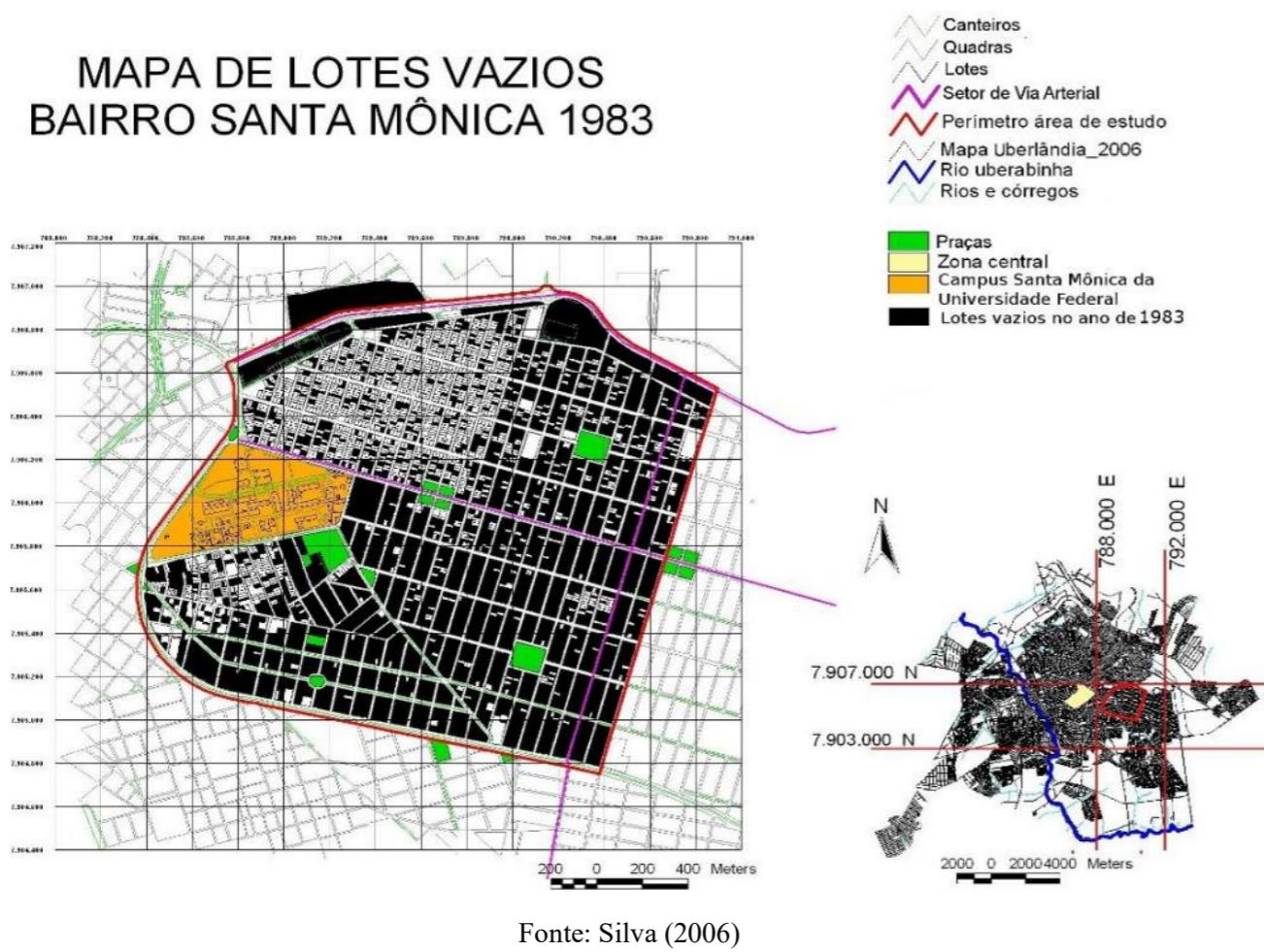


Fonte: Mapeamento dos vazios urbanos em Uberlândia utilizando o geoprocessamento:
o caso do bairro Santa Mônica (2006).

Essas práticas eram recorrentes, pois até mesmo o bairro Santa Mônica, lançado pela Imobiliária Segismundo Pereira (SIDRA), tinha como um dos proprietários o prefeito da cidade na época, Raul Pereira de Rezende.



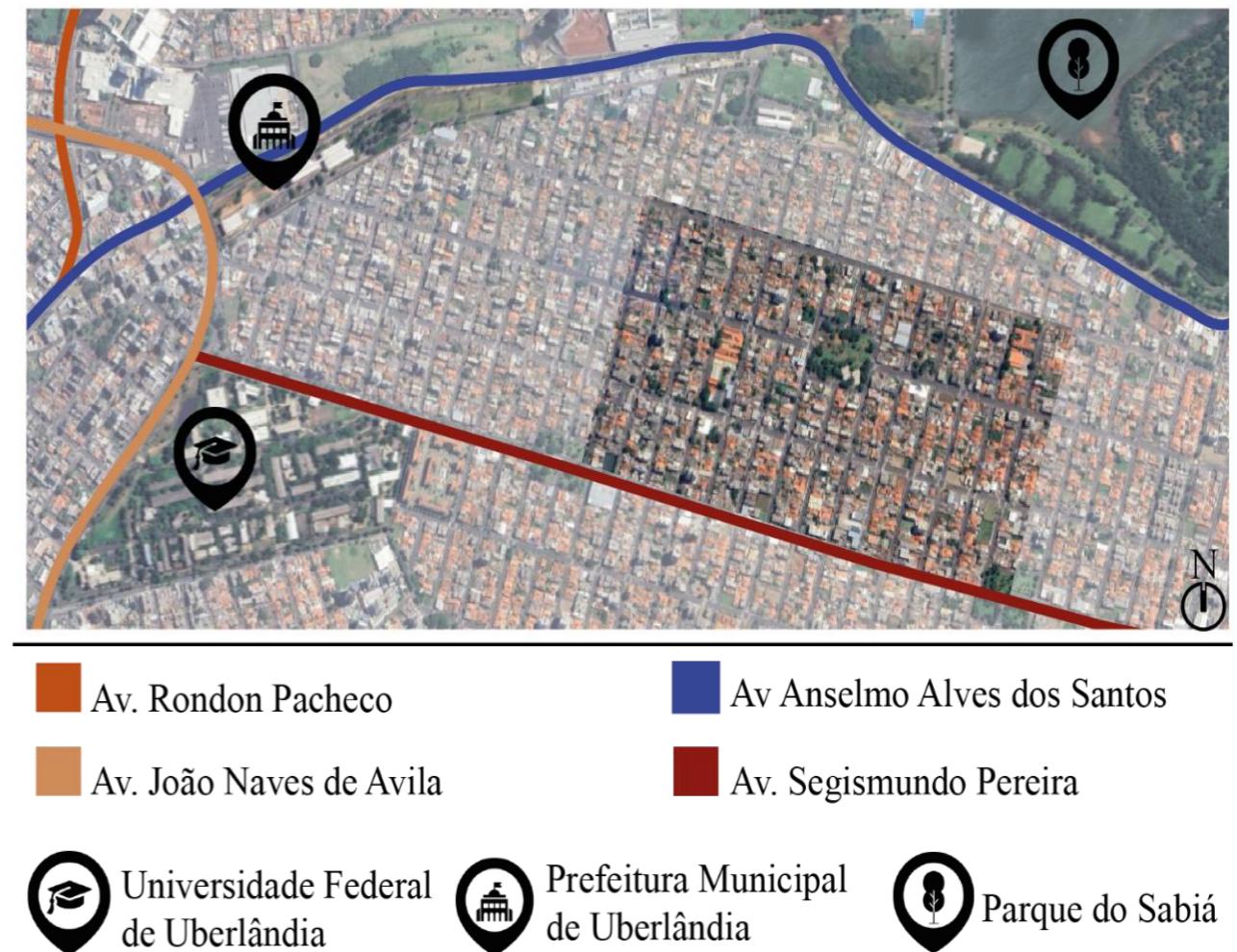
Figura 4 – Mapa de Vazios Urbanos de 1983



Atualmente, o bairro Santa Mônica, localizado na Zona Leste da cidade, é o maior bairro de Uberlândia, conta com uma área de 5,74 km² e engloba os seguintes loteamentos: Santa Mônica Setor A, Santa Mônica Setor B, Santa Mônica Setor C (parte), Jardim Finotti I, Jardim Finotti II, Progresso, Progresso I, Santos Dumont, Santos Dumont Prolongamento, Loteamento de Fábio Felice e Universitário (Lei Municipal nº. 5.900, de 21 de dezembro de 1993, Uberlândia, 1993).

A localização do bairro é estratégica, fica próximo à área central, de um shopping, de vários supermercados, farmácias e do Parque do Sabiá. Além da UFU, estão no bairro Santa Mônica: a Câmara Municipal, o Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e um hospital particular.

Figura 5– Principais equipamentos públicos



De acordo com o IBGE (2022), o bairro Santa Mônica tem 22.503 casas e um total de 37.685 habitantes, mantendo-se na posição de maior bairro e de mais populoso de Uberlândia. Dentre os moradores, foram identificados três grupos mais expressivos:

- **Moradores consolidados**

A urbanização da área teve início na década de 1960, quando já existiam algumas residências no local – algumas delas, assim como seus moradores, ainda permanecem até os dias atuais. Esse primeiro grupo populacional foi identificado por meio de entrevistas realizadas durante a Iniciação Científica e pela Figura 04, que evidencia a concentração da população, até 1982, nas proximidades da

Universidade e na região noroeste do bairro. Isso demonstra que a ocupação da área onde hoje se encontra a praça Americo Ferreira de Abreu, ocorreu de forma mais tardia.

Naquele período, a prefeitura aprovou doze mil terrenos em uma área que, até então, era considerada periférica no contexto intraurbano de Uberlândia. Segundo Soares (1988), até o fim da década de 1970, o bairro ainda era predominantemente habitado por uma população de baixa renda, enquanto seu entorno – especialmente nas proximidades da UFU – já apresentava a presença de moradores com renda média.

O bairro Santa Mônica era marcado por moradias horizontais simples e uma infraestrutura precária. No entanto, a instalação de diversos serviços, tanto em seu entorno quanto dentro do próprio bairro – como o Center Shopping (1992) e o Centro Administrativo (1993) – como demonstrado pela Figura 5, somados à presença da Universidade, impulsionaram uma reconfiguração de seu papel no espaço intraurbano, tornando-o um bairro mais dinâmico e atrativo.

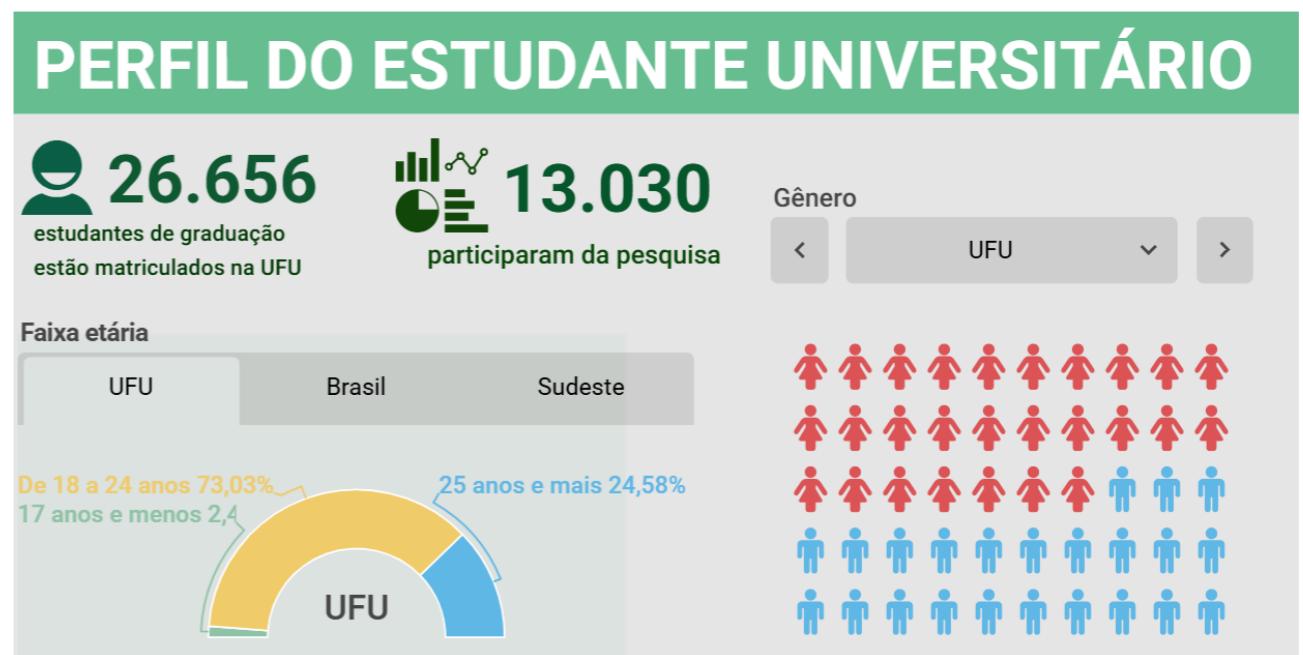
No entanto, a ocupação do território ainda se concentrava em áreas específicas, existindo diversos vazios urbanos com alto potencial construtivo. Até o início da década de 1990, conforme Costa (2010, p. 57), “o bairro era caracterizado pelo uso essencialmente residencial, com a presença de pequenos comércios de atendimento local, como mercearias e armazéns, e ocupado predominantemente por pessoas de menor poder aquisitivo”.

• Estudantes universitários

Além da especulação imobiliária, outro fenômeno marcante, decorrente da implantação da Universidade Federal de Uberlândia, foi a atração de um segundo grupo populacional: os estudantes. Trata-se de um grupo bastante específico, composto, majoritariamente, por jovens entre 18 e 24 anos, que costumam morar sozinhos ou dividir moradia com outros estudantes. A principal motivação desses jovens para permanecerem na área é para fins de estudo.

Essa dinâmica estudantil acarreta alguns efeitos particulares no bairro, como a redução temporária da população durante os períodos de férias acadêmicas e uma constante rotatividade de moradores. Isso se deve ao fato de que a maioria dos estudantes permanece na cidade por um período limitado – geralmente, entre quatro e cinco anos –, o que provoca uma renovação contínua da composição demográfica e influencia diretamente a dinâmica social e urbana do bairro.

Figura 6 – Diagrama do Perfil dos Estudantes da UFU



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES (2018)

Outro aspecto relevante a ser observado é a distribuição das tipologias edificadas. Embora seja possível encontrar edifícios com mais de quatro pavimentos em diferentes pontos do bairro, há uma concentração significativa desse tipo construtivo nas imediações da Universidade, o que evidencia uma tendência de adensamento vertical vinculado à presença da comunidade universitária.

• Jovens famílias

Em busca de sua primeira residência, muitas famílias têm se direcionado ao bairro Santa Mônica, pois é um bairro consolidado e bem servido por infraestrutura pública. Além disso, a especulação imobiliária, aliada à tendência de verticalização da área, tem contribuído para atrair esse perfil familiar para a região.

A expressividade desse processo pode ser observada nos dados da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Seplan), que analisou as construções realizadas no bairro Santa Mônica entre janeiro de 2005 e novembro de 2013. A análise dividida em três categorias – edificações de até quatro pavimentos, acima de quatro pavimentos e edificações mistas – revela o avanço da verticalização e sua importância crescente no contexto intraurbano de Uberlândia.

Segundo a Seplan (2013), com base nas obras aprovadas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, dos 922 edifícios de até quatro pavimentos autorizados para construção na cidade durante

o período analisado, 437 estavam localizados no bairro Santa Mônica. Esse número representa praticamente metade de todas as edificações desse tipo construídas em Uberlândia no intervalo em questão. Vale destacar que os dados referentes aos edifícios mistos (2005), aos mais de quatro pavimentos (2007) e ao mês de fevereiro de 2012 foram omitidos por não apresentarem confiabilidade, conforme indicado pela própria fonte.

Esses dados demonstram uma tendência de verticalização do bairro, que atrai novos moradores pela infraestrutura existente, pela proximidade com equipamentos importantes e pelo preço médio das unidades residenciais.

Figura 7 – Colagem de alguns lançamentos no bairro Santa Mônica

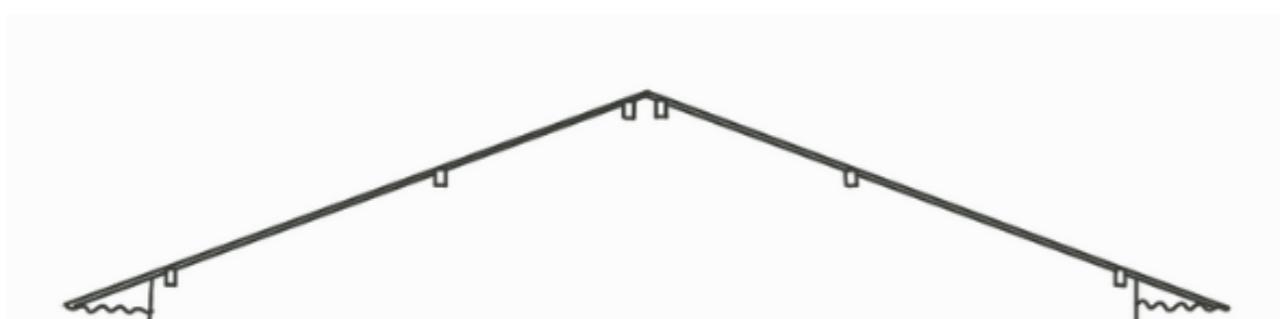


Fonte: Produzido pela autora.

Primeiros Passos

A partir da observação das transformações no bairro Santa Mônica, na Iniciação Científica, fizemos uma investigação voltada a uma tipologia de edificação residencial que, embora amplamente presente em Uberlândia, ainda é pouco estudada e documentada. Essa pesquisa está inserida em um estudo mais amplo, conduzido pelo Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (NUTHAU/FAUeD/UFU), que visa dar visibilidade a produções arquitetônicas historicamente negligenciadas.

Figura 8 – Croqui do telhado



Fonte: Produzido pela autora.

O estudo dessas tipologias de habitação popular integra a pesquisa intitulada “Invisibilidades na história da arquitetura e da cidade: revelando tipologias obscurecidas”, desenvolvida pelo NUTHAU, cujo objetivo é ampliar o conhecimento sobre formas edilícias pouco abordadas pela historiografia da arquitetura. Um dos eixos dessa investigação é a análise da aplicação de saberes e tradições na produção da arquitetura residencial unifamiliar em Uberlândia, buscando compreender de que forma técnicas e modos construtivos populares e vernaculares se mantêm, se transformam e se atualizam ao longo do tempo (Cunha; Geribello; Laurentiz, 2023).

No caso do bairro Santa Mônica, foram levantadas 132 casinhas, catalogadas quanto à tipologia da cobertura, à implantação no terreno, à presença de caixa d’água aparente, à materialidade e elementos na fachada.

Figura 9 – Ficha produzida para o levantamento

TIPOLOGIA DE COBERTURA			
		<input type="checkbox"/> 1.0 Tipologia 01	<input type="checkbox"/> 2.0 Tipologia 02
		<input type="checkbox"/> 1.1 Tipologia 01 com variações	<input type="checkbox"/> 2.1 Tipologia 02 com variações
IMPLANTAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Sem Recuo		<input type="checkbox"/> Com Recuo	
<input type="checkbox"/> Cumeeira paralela à rua	<input type="checkbox"/> Cumeeira perpendicular à rua	<input type="checkbox"/> Cumeeira irregular em relação à rua	
LOCALIZAÇÃO DA CAIXA D’ÁGUA			
<input type="checkbox"/> Aparente e contígua ao edifício	<input type="checkbox"/> Aparente e independente do edifício	<input type="checkbox"/> Não aparente	
Material da Cobertura			
<input type="checkbox"/> Telha Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Telha cerâmica curva	
Elemento na Fachada			
<input type="checkbox"/> Presença do banco	<input type="checkbox"/> Presença de elemento improvisado para sentar	<input type="checkbox"/> Elemento ausente	

Fonte: Produzido pela autora.

Destacam-se algumas características recorrentes dessa tipologia autoconstruída que a distinguem de outras formas edificadas do entorno. Uma delas é o uso predominante de telhado de fibrocimento em duas águas principais. Em muitos casos, a adição posterior de uma terceira águia,

geralmente, era para cobrir anexos ou garagens, podendo ser ou não do mesmo material do telhado original.

Outro elemento marcante é a presença das terças de madeira aparentes, que avançam em relação à parede externa. Além disso, é comum a **duplicidade das terças na cumeeira**, com a função estrutural de garantir a inclinação adequada do telhado. As edificações são, majoritariamente, compostas por alvenaria autoportante de tijolos ou blocos cerâmicos e cimentícios.

Figura 10 – Fachadas de algumas casas levantadas



Fonte: Produzido pela autora.

Observamos, também, o uso de materiais industrializados, como o metal em portões, portas e janelas. Já as soluções de implantação – como a planta retangular e a disposição dos espaços no lote –

seguem padrões mais tradicionais. Uma situação frequente no bairro Santa Mônica é a existência de mais de uma edificação no mesmo lote, muitas vezes, replicando a mesma tipologia. Esse padrão pode ser identificado por elementos como entradas independentes, múltiplos relógios de energia no muro frontal ou, até mesmo, pela leitura da fachada. Em diversos casos, a documentação dessas edificações foi dificultada por grandes muros que obstruem a visão do imóvel como um todo – inclusive do telhado –, sendo possível identificá-las apenas pelas terças expostas na cumeeira.

Neste estudo, ressaltamos a importância das arquiteturas do cotidiano, pois são essas construções que moldam a paisagem urbana e contribuem diretamente para a identidade das cidades brasileiras. Além disso, observamos a necessidade de desenvolvimento de terminologias e manuais específicos que descrevam suas características estruturais, formais e estéticas. Embora essas edificações, em sua maioria, tenham sido construídas sem o envolvimento de profissionais habilitados, a ampliação do acesso à arquitetura impõe aos profissionais o desafio de dialogar com essas realidades. Para além do entendimento técnico, é essencial considerar os aspectos culturais dessas produções e reconhecer sua relevância para os usuários, a comunidade local e a memória coletiva da população.

Portanto, a escolha do edifício com o qual decidimos trabalhar foi diretamente influenciada pela experiência vivida na Iniciação Científica. A partir desse olhar mais sensível e atento às arquiteturas do cotidiano, optamos por intervir em um exemplar dessas casas populares com o intuito de desenvolver um projeto que preservasse suas características originais, sua essência e, sobretudo, sua identidade. Dessa forma, a futura sede da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Mônica poderia nascer com a “cara do bairro”, ou seja, um espaço enraizado em sua história, representativo de sua memória e comprometido com a preservação de seu legado.



Arquitetura do Cotidiano, Arquitetura da América Latina e Visão Decolonial

Ao trazermos a discussão para o contexto da América Latina, é notável que, além da nossa construção arquitetônica, a nossa história vem sendo escrita pelos olhos dos países centrais. Isso é um grande problema para o Brasil, pois, embora exista a ideia de que a história é simplesmente uma narração de fatos e, portanto, imparcial, essa não é a verdade. A história é uma ciência que se baseia em fatos, mas o ponto de vista do narrador – desde a escolha do tema até a descrição dos eventos e personagens – reflete a sua visão de mundo e o contexto histórico-cultural, que influenciam inevitavelmente o relato. Para Waisman (2020, p. 3), “[...] a história não é uma simples narração: é uma sucessão de juízos”.

Nesse sentido, continuar considerando os nossos colonizadores como um filtro perpetua a imagem, criada por eles há mais de 500 anos, de um país latino de cultura inferior. Atualmente, há um processo de descolonização, ou seja, de mudar as nossas referências para que passemos a considerar as nossas produções – arquitetura, design, urbanismo – como exclusivamente nossas.

O processo de descolonização do mundo contribui para essa tomada de consciência, e com ela tornou-se do mesmo modo mais precisa a consciência da dependência cultural por parte daqueles povos que deixaram, talvez, já há muito tempo, a condição política de colônia, mas que não adquiriram, ao mesmo tempo, uma total autonomia econômica e/ou cultural, como é o caso dos países da América Latina em maior ou menor grau (Waisman, 2020, p.43).

Parte dessa empreitada inclui passar a reconhecer o valor de arquiteturas cotidianas, que são verdadeiramente responsáveis pela imagem do nosso país. Muitas vezes, essas arquiteturas são invisíveis tanto para a comunidade quanto para os profissionais de arquitetura e urbanismo.

O estudo dessas tipologias de habitação popular vem sendo desenvolvido no âmbito de uma pesquisa do Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (NUTHAU/FAUeD/UFU), que busca ampliar o conhecimento sobre tipologias edilícias ainda pouco investigadas pela historiografia da arquitetura. A pesquisa “Invisibilidades na história da arquitetura e da cidade: revelando tipologias obscurecidas”, (...) tem como um de seus eixos analisar a aplicação de saberes e tradições na produção da arquitetura residencial unifamiliar em Uberlândia, de modo a compreender como técnicas e modos de produção populares/vernaculares se transformam, atualizam e/ou se mantêm até a contemporaneidade (Cunha; Geribello; Laurentiz, 2023, p. 2).

Assim, a arquitetura contemporânea busca reconhecer cada vez mais a importância das referências patrimoniais não monumentais, ou cotidianas, na criação e preservação de espaços urbanos. Essas referências desempenham um papel crucial na identidade do lugar e na conexão histórica e espacial das paisagens urbanas, pois, a partir da herança cotidiana, a que a comunidade tem acesso quase que diariamente, pode-se melhorar a identidade do lugar e a conectividade histórica e espacial das paisagens urbanas, contribuindo positivamente para o processo de criação de lugares. Ademais, a arquitetura vernacular, com o seu conhecimento acumulado sobre formas, materiais e uso social, oferece princípios sustentáveis que podem ser aplicados na conservação arquitetônica, indo além da visão monumentalista tradicional.

Nesse contexto, originou-se o conceito de patrimônio modesto, que se refere, principalmente, a construções de valor histórico e cultural que, apesar de sua simplicidade e escala reduzida, desempenham um papel significativo na identidade e na memória coletiva das comunidades. Este tipo de patrimônio inclui casas e edifícios que não são grandiosos, mas possuem um valor intrínseco devido à sua história, uso e significado cultural. Logo, a valorização, a adaptação e a conservação dessas construções são essenciais para garantir que continuem sendo uma fonte de inspiração e inovação para a arquitetura contemporânea. A abordagem deve equilibrar a necessidade de evolução com a importância da conservação, sempre com um olhar atento para a sustentabilidade e a identidade coletiva.

Desse modo, a reutilização e a adaptação de edifícios preexistentes podem desempenhar um papel crucial na preservação da identidade cultural e histórica de uma comunidade. Além de conservar a herança arquitetônica, esse processo também promoveria a sustentabilidade e a continuidade cultural. Então, mesmo que um edifício não seja reconhecidamente um patrimônio, a sua existência – tipológica, material, estrutural e/ou estética – é essencial, para a transferência da identidade cultural às futuras gerações e para os próprios moradores reconhecerem os marcos.

Nesse sentido, Meneses (2009) explora as bases conceituais do patrimônio cultural com ênfase no conceito de valor. O autor discute como a atribuição do valor ao patrimônio é um fenômeno social e cultural que vai além de sua materialidade. Esse valor é atribuído de acordo com alguns fatores – como relevância histórica, memória coletiva e identidade cultural –, e pela ideia de que a compreensão de valor cultural é dinâmica e depende das transformações sociais, o que representa um desafio para as visões tradicionais e estáticas sobre o patrimônio. Assim, a reutilização adaptativa desses edifícios permite que eles continuem a ser significativos, mesmo quando não podem mais cumprir a sua função original, além de auxiliar na sustentabilidade urbana, aproveitando a energia incorporada e os vínculos culturais e físicos deles.



Portanto, é preciso reconhecer a importância de uma visão descolonizada e inclusiva na arquitetura latino-americana, valorizando as construções cotidianas e o patrimônio modesto como elementos essenciais de identidade cultural e de memória coletiva. Ao reconhecer o valor das tipologias populares – Valores Cognitivos, Valores Formais, Valores Afetivos, Valores Pragmáticos, Valores Éticos (Meneses, 2009) – e adaptar edifícios preexistentes, a arquitetura contemporânea pode preservar a história local e promover a sustentabilidade. Isso permite que a arquitetura mantenha as tradições e crie conexões duradouras entre o espaço urbano e os moradores, fortalecendo o senso de pertencimento e continuidade cultural, fatores indispensáveis para a criação de uma comunidade efetiva e estável.



Lugar do Projeto

Neste projeto, pretendemos abordar alguns conceitos importantes, como a função da arquitetura em apoiar a vida comunitária, com base nas teorias de Jacobs (2000) e Hertzberger (1999) sobre a confiança e a interação nos espaços públicos. Outra pretensão deste estudo é ressaltar a importância das “arquiteturas do cotidiano” e da visão descolonizada na América Latina, defendendo a valorização de construções modestas que refletem a cultura local e que costumam ser ignoradas em favor de estilos monumentais.

Neste trabalho, também buscamos criar referências a partir de uma comparação entre o uso de recursos sustentáveis e a preservação da memória coletiva, exemplificado pelo Parque Augusta, em São Paulo, e pela Escola Primária, em Gando, Burkina Faso. Esses projetos mostram ambientes que refletem a identidade local e promovem a inclusão e a sustentabilidade. Segundo Jacobs (1961),

A capacidade de um parque de bairro de estimular uma ligação apaixonada ou, ao contrário, a apatia parece ter pouca ou nenhuma relação com a renda ou a ocupação da população do bairro (...). Essa incapacidade da vizinhança ou do bairro de vincular-se com paixão a um parque local – e o enorme poder simbólico resultante – deve-se, penso eu, a uma associação de fatores negativos: primeiro, os parques que são candidatos potenciais têm a desvantagem da diversidade de usos insuficiente na vizinhança próxima; segundo, a diversidade e a vida que existam são dispersadas e dissipadas entre muitos parques com características bastante similares. Certos traços do projeto podem também fazer diferença. Se o objetivo de um parque urbano de uso genérico e comum é atrair o maior número de tipos de pessoas, com os mais variados horários, interesses e propósitos, é claro que o projeto do parque deve promover essa generalização de frequência, em vez de atuar em sentido contrário. Parques muito usados como áreas públicas genéricas costumam incluir quatro elementos em seu projeto, que eu identificaria como complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial (Jacobs, 2000, p. 77 e 78).

Área Escolhida

A área escolhida para a intervenção é composta por um antigo imóvel, cujo terreno possui 362,29 m², e uma praça de 16.008,00 m². A área fica próxima a grandes equipamentos, como a Universidade Federal de Uberlândia, o Parque do Sabiá e a Prefeitura Municipal de Uberlândia. Ademais, tem conexão com grandes vias estruturais, como as Avenidas Rondon Pacheco, Anselmo Alves dos Santos e João Naves de Ávila.

Legislação

O bairro Santa Mônica se enquadra na legislação de zoneamento do uso e ocupação do solo como Zona Mista, ou seja, é a região onde predominam as atividades de habitação, comércio e serviços, com expressiva densidade habitacional (Lei Complementar nº. 525, de 14 de abril de 2011).

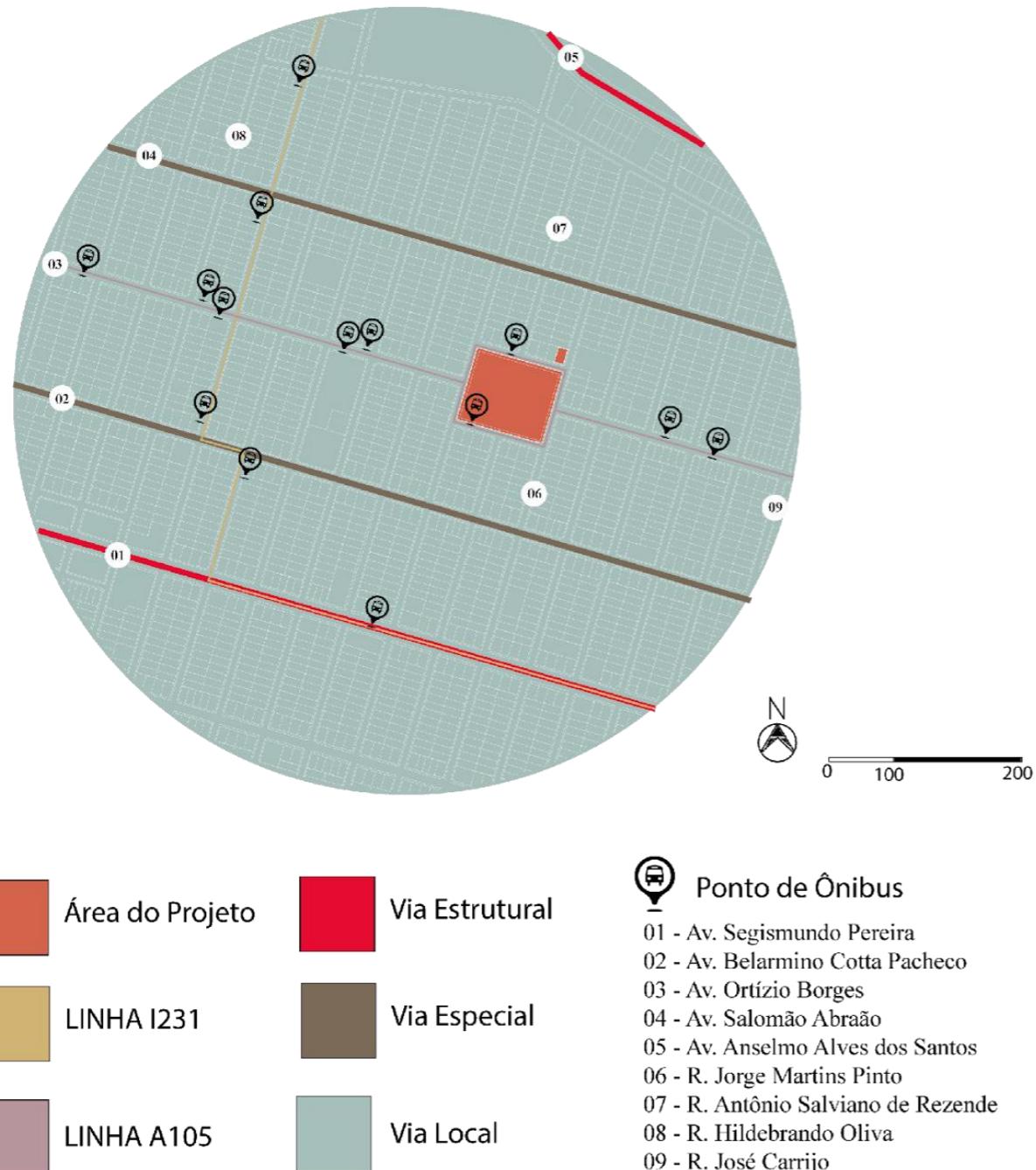
Tabela 1 – Dados da legislação

Zona	Taxa de Ocupação Máxima	Coeficiente de Aproveitamento Máximo	Afastamento Frontal Mínimo	Afastamento Lateral e Fundo Mínimo	Testada Máxima
Zona mista	60%	3,0	3,0	1,5	10

Fonte: Lei Complementar nº. 525, de 2011 – Produzido pela autora.



Figura 11 – Mapa Viário



Fonte: Produzido pela autora.

De acordo com a Figura 10, na área de estudo há, relativamente, poucos pontos de ônibus, com uma concentração próxima às áreas públicas e às avenidas. Isso promove um déficit para a população das áreas mais internas do bairro, principalmente, das quadras a sudeste do terreno.

Em relação às linhas de ônibus, a área é abastecida por duas linhas principais:

- **Linha A105:** tem um trajeto mais próximo à área do projeto.
Sentido: Terminal Central (Via Estádio Municipal João Havelange / Santa Mônica / 17º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais);
Sentido: Terminal Santa Luzia (Via 17º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais / Santa Mônica / Estádio Municipal João Havelange).

- **Linha I231:** Os pontos dessa linha estão um pouco mais distantes da área do projeto, porém, interligam a área com o Terminal Umuarama.

Sentido: Terminal Santa Luzia (Via Parque do Sabiá);
Sentido: Terminal Umuarama (Via Parque do Sabiá).

Sentido: Terminal Santa Luzia (Via Parque do Sabiá);

Sentido: Terminal Umuarama (Via Parque do Sabiá).

Em relação às ciclovias e ciclofaixas, as vias mais próximas são a Avenida Rondon Pacheco, a Avenida Anselmo Alves dos Santos e o Parque do Sabiá, que não têm conectividade com a área do projeto.

Quanto ao fluxo viário, muitas vias são locais, mas há ainda a

- **via estrutural:** é a que dá suporte ao transporte coletivo urbano ao longo dos eixos estruturais, constitui a ossatura principal do sistema viário;
- **via local:** é a via com lotes de uso predominante residencial, que dá suporte ao tráfego local;
- **via especial:** compreende lotes lindeiros às vias locais e que são adequados à implantação de atividades que sirvam de apoio à população de um bairro.

Assim, as vias próximas à área são tipicamente locais, sendo responsáveis por proporcionar acesso direto a residências, comércios e outros edifícios locais, além de facilitar a circulação dentro de bairros e áreas residenciais, geralmente, destinadas ao tráfego mais leve e de baixa velocidade.

Figura 12 – Mapa de Uso e Ocupação



Fonte: Produzido pela autora.

A Figura 11 mostra que o uso predominante da área é residencial, com os usos comerciais e mistos se concentrando mais nos eixos de avenidas, como a Avenida Belarmino Cotta Pacheco e a Avenida Salomão Abraão. Também é possível notar que muitos edifícios têm uso institucional, como escolas e centros religiosos. Nesse sentido, há uma grande diversidade de religiões, como a católica, a evangélica, a adventista e a espírita. A Praça Américo Ferreira de Abreu destaca a centralização de áreas verdes públicas.

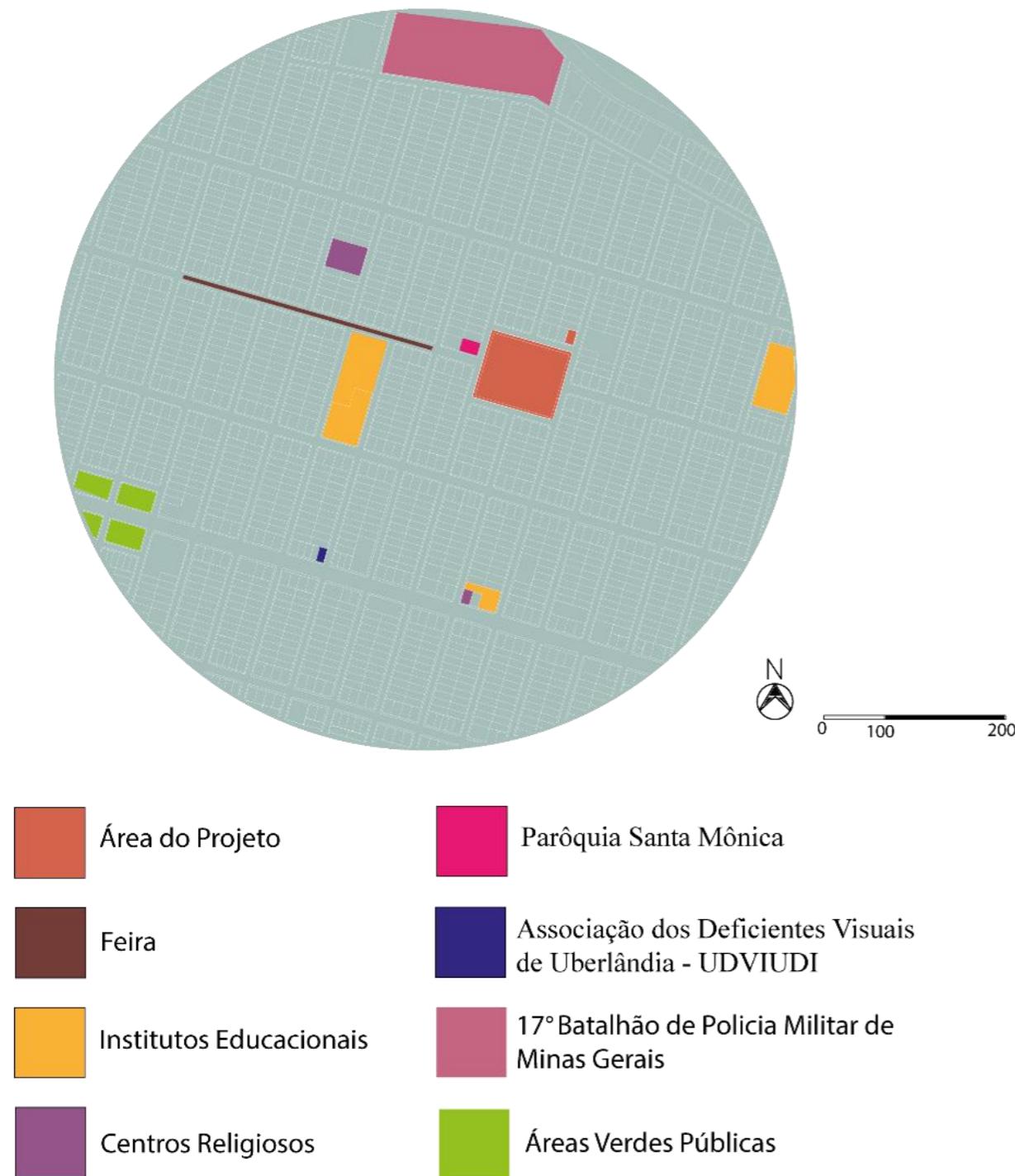
Figura 13 – Mapa de Gabarito



Fonte: Produzido pela autora.

Em relação à tipologia, conforme a Figura 12, a morfologia predominante do bairro é regular e ortogonal, criando quadras retangulares. A maior incidência é de edificações de um ou dois pavimentos, mas há uma grande quantidade de tipologias de quatro pavimentos, em geral, destinadas à moradia estudantil. Essa análise pode exemplificar o fenômeno de verticalização do bairro.

Figura 14 – Mapa de Principais Equipamentos



Fonte: Produzido pela autora.

Na Figura 13, estão as principais instituições no entorno, como a Associação de Deficientes Visuais de Uberlândia (ADEVIUDI). Coincidentemente, a ADEVIUDI é presidida por Ivando Pereira de Araújo, que, atualmente, também lidera a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Santa Mônica, cuja atual sede é uma sala emprestada no prédio da ADEVIUDI.

A ADEVIUDI

Figura 15 – Fachada da ADEVIUDI



Fonte: Google Maps.

A ADEVIUDI, que é um importante projeto de apoio às pessoas com deficiência visual, teve início em agosto de 1972 e presta apoio ao deficiente visual, considerando desde o aspecto psicossocial até o incentivo à inclusão dessas pessoas por meio da educação e da profissionalização. Dentre as atividades oferecidas no local, podemos citar duas turmas da Educação para Jovens e Adultos (EJA), alfabetização em braile, curso de informática e administração de empresas, além de aulas de tapete,

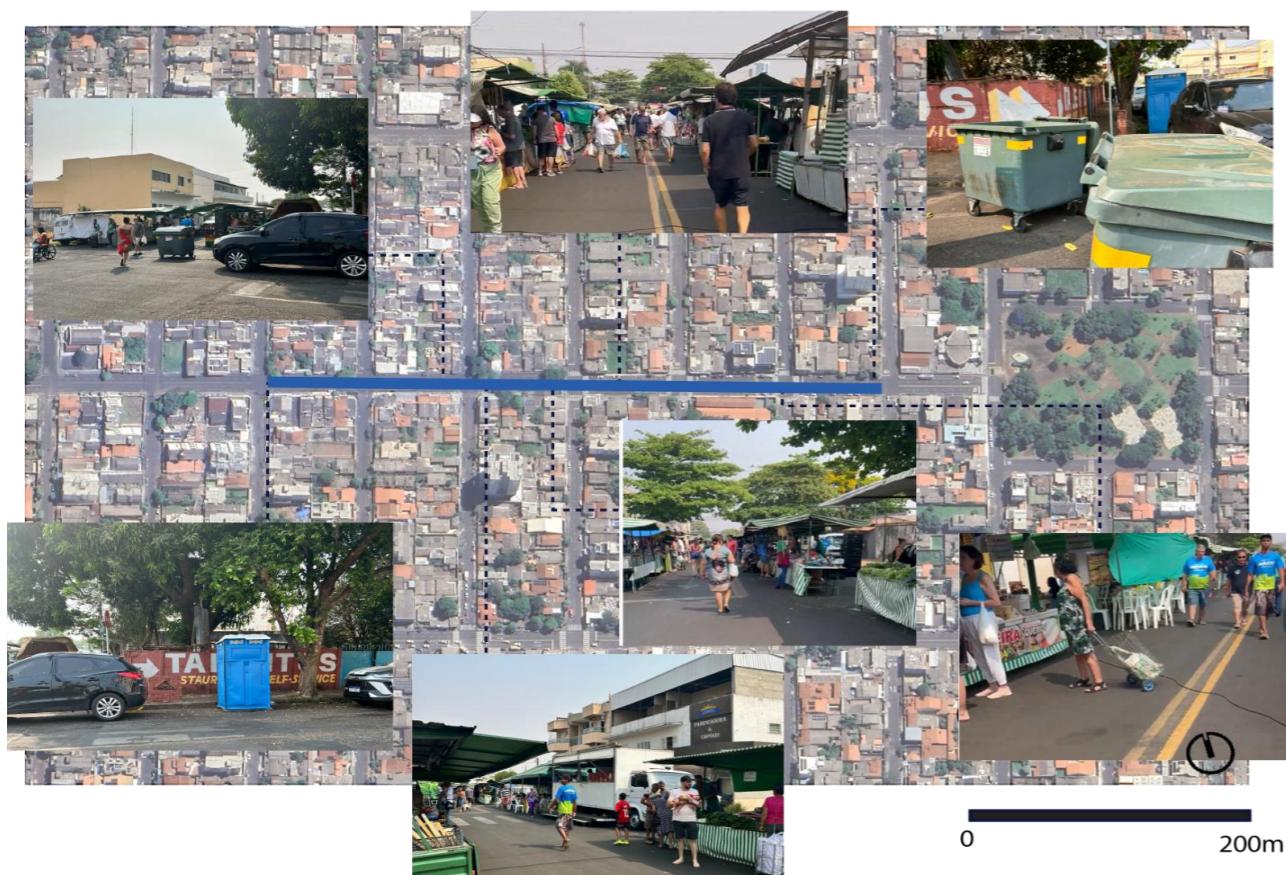


bateria, violão e estudo bíblico. O esporte também está presente dentre as atividades ofertadas, com yoga, ginástica e oficina de *goalball*.

A seguir, discorremos sobre um evento recorrente na região: a feira do bairro Santa Mônica.

A Feira do Santa Mônica

Figura 16 – Feira do bairro Santa Mônica



Fonte: Produzido pela autora.

A feira do bairro Santa Mônica configura-se como um importante equipamento urbano, ainda que funcione de maneira periódica. Todos os sábados, das 7h às 13h, a feira ocupa uma área linear de 5.356,52 m² ao longo da Avenida Ortízio Borges. Durante esse período, a via é interditada ao tráfego de veículos, priorizando a circulação de pedestres e fortalecendo o caráter comunitário do evento.

Entretanto, foram identificadas algumas fragilidades na infraestrutura da feira. O descarte de resíduos é realizado em caçambas posicionadas na esquina da Rua Hidelbrando Oliva com a Avenida Ortízio Borges – ponto reconhecido como o início da feira, segundo o Google Maps – e, próximo a esse

local, há uma cabine de banheiro químico para uso dos frequentadores. A ausência de um sistema de gestão de resíduos mais organizado compromete a higiene e a imagem do evento.

Outro problema observado refere-se ao fornecimento de energia elétrica. Como os postes de iluminação pública estão dispostos apenas de um lado da via, é comum o uso de extensões elétricas que atravessam a rua para abastecer as barracas do lado oposto. Essa prática representa um risco de acidentes elétricos e compromete a acessibilidade, pois dificulta a passagem de pessoas com deficiência, idosos e dos carrinhos de feira.

Além disso, a feira carece de espaços fundamentais para a qualidade da experiência dos visitantes: não há áreas destinadas à alimentação estruturada, pontos para comércio de artesanato local, espaços de descanso com sombra, ou pontos de hidratação. Essas ausências limitam o potencial de permanência no local e reduzem as possibilidades de diversificação de usos e públicos. A proposta de requalificação da praça busca suprir essas lacunas, de modo a oferecer uma infraestrutura adequada para eventos como a feira, a fim de ampliar as atividades culturais e comerciais e fortalecer o papel da praça como um espaço de convivência comunitária e de promoção da economia local.

Na sequência, abordamos um lugar importante do bairro: a Paróquia.

A Paróquia Santa Mônica

Figura 17 – Fachada da Paróquia Santa Mônica



Fonte: Google Maps.

Para compreender melhor a dinâmica da área do projeto, foi necessário conhecer alguns dos equipamentos comunitários mais relevantes do bairro, dentre eles, a Paróquia Santa Mônica. Todo o histórico e os dados sobre a igreja foram obtidos em 7 de abril de 2025, em uma entrevista com o Diácono - ministro ordenado na Igreja Católica, com um papel de serviço e apoio à comunidade- José Eustáquio Inácio, um dos membros mais antigos da Paróquia.

A construção da primeira igreja ocorreu em 1982, no local onde está localizado o Salão Helena Guerra. Essa primeira sede foi erguida com o apoio direto da comunidade local, por meio de mutirões e doações de materiais, um processo que o Diácono José Eustáquio descreveu como uma verdadeira “procissão de material”. Na época, o bairro ainda era pouco ocupado, com poucas construções, e a Praça Américo Fernando de Abreu era apenas um campo de terra, onde havia um pequeno campo de futebol.

Contudo, o espaço da igreja tornou-se insuficiente, diante do crescente número de fiéis que passou a frequentá-la. A partir desse aumento na demanda, o Padre José Benedito identificou, na parte posterior da igreja, terrenos pertencentes à prefeitura, possivelmente, destinados ao uso institucional. Com o auxílio do Bispo da Diocese de Uberlândia, Dom Frei Estevão Cardoso de Avelar, foi feito um

requerimento junto ao poder público solicitando a doação de um desses lotes à Paróquia. A doação foi autorizada pelo então prefeito Zaire Rezende, o que possibilitou o início de uma nova fase de mobilização comunitária: o segundo mutirão de construção e “procissão de materiais”.

A nova igreja foi erguida graças à generosidade da comunidade, caracterizada por sua forte união, e à atuação do pedreiro João Vicente da Silva. No entanto, embora um projeto tenha sido elaborado para a nova edificação, o documento foi extraviado antes mesmo do início das obras.

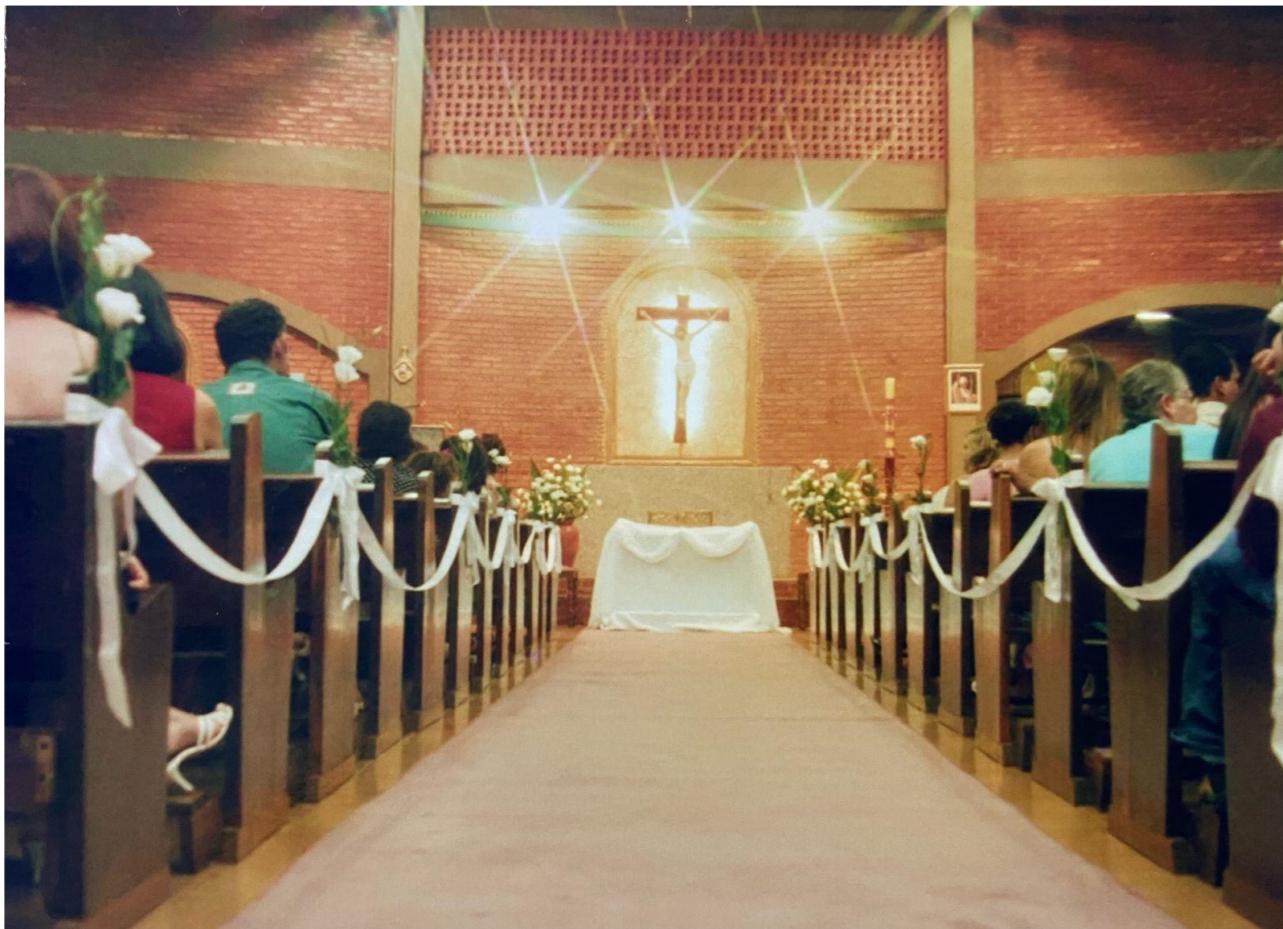
Figura 18 – Imagem do interior da Paróquia (abril/2005)



Fonte: Arquivo pessoal de Viviane Galvão (abril/2005).



Figura 19 – Imagem do interior da Paróquia (abril/2005)



Fonte: Arquivo pessoal de Viviane Galvão (abril/2005).

Figura 20 – Imagem do interior da Paróquia (abril/2005)



Fonte: Arquivo pessoal de Viviane Galvão (abril/2005).

Mais recentemente, em 2023, sob a liderança do Padre Marcelo Ângelo, foi realizada uma reforma interna - conforme Figura 21- da Paróquia, além da elaboração de um novo projeto para a ampliação da cobertura lateral direita da edificação.



Figura 21 – Imagem do interior da Paróquia (abril/2005)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 22 – Implantação da Paróquia e da Praça Américo Ferreira de Abreu



Fonte: Google Maps.

A foto aérea (Figura 22) mostra como a Paróquia passou por transformações ao longo do tempo, especialmente, com o acréscimo de telhados e anexos. Essas modificações não são aleatórias, mas respostas diretas às mudanças na dinâmica de uso do espaço. As reformas e ampliações surgem conforme as novas demandas dos moradores, revelam uma arquitetura viva, em constante adaptação, moldada pelas necessidades cotidianas e pela apropriação progressiva do lugar.

Assim, cada intervenção construtiva carrega em si um registro da relação entre o habitante e o espaço, indicando a temporalidade da edificação e a sua capacidade de se reinventar para atender aos novos usos que surgem com o passar dos anos. A Paróquia também tem grande influência na dinâmica do bairro, com o aumento do movimento nos horários de missa e a realização de alguns eventos na praça, como a festa junina.



Estudos de Caso

Parque Augusta

Figura 23 – Imagem aérea do Parque Augusta, na região central de São Paulo



Fonte: Murilo Rabusky/Reprodução

O Parque Augusta é um terreno de cerca de 24 mil m² de área localizado entre as ruas Caio Prado, Augusta e Marquês de Paranaguá, na região central da cidade de São Paulo. Antes de se tornar um parque, o terreno foi alvo de atritos entre a sociedade e empresas privadas, um cenário propício para um debate sobre a importância do direito à cidade. Este direito está expresso no artigo 2º, inciso I, do Estatuto da Cidade, como uma diretriz da política urbana brasileira que garante o “[...] direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Assim, com base nessa garantia expressa em lei, o direito a cidades sustentáveis é um direito coletivo e que se estende às futuras gerações. Esse direito permite que os cidadãos exijam do Poder Público ações concretas, por meio de políticas públicas, para garantir as quatro funções essenciais da cidade, quais sejam: habitação, trabalho, circulação e lazer. Essas políticas devem ter como objetivo reduzir as desigualdades, promover a inclusão social e assegurar uma qualidade de vida saudável no ambiente urbano.

Nesse sentido, o caso do Parque Augusta, em São Paulo, foi o foco de uma longa disputa entre o interesse público e o privado na preservação e no uso de um espaço verde histórico. O terreno, que

abrigava um colégio interno e preservava parte de um bosque, atraiu a atenção da comunidade para uso como área de lazer a partir da década de 1970. Em 1986, em um acordo registrado na matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, o proprietário assumiu, perante o Poder Público Municipal, o compromisso de preservar o bosque em sua integralidade, mantendo-o aberto à população e concedendo, ainda, o direito de preferência à Prefeitura para eventual aquisição do imóvel. No entanto, os anos se passaram e o intuito de converter o terreno em um parque público municipal não chegou a se realizar.

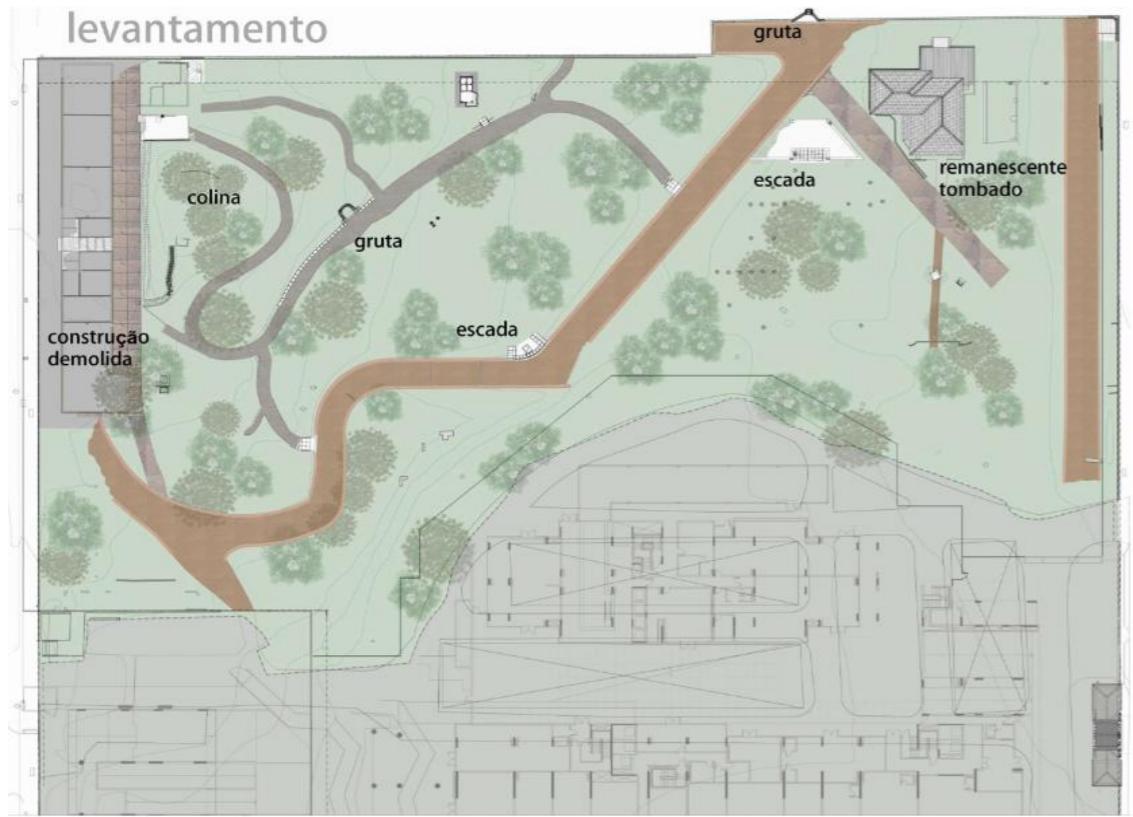
Somente em 2004, o Conselho de Preservação do Patrimônio de São Paulo tombou o bosque e as construções remanescentes, para reforçar o seu valor cultural e ambiental. Já, em 2008, o prefeito Gilberto Kassab editou um decreto declarando a utilidade pública do imóvel, fato bastante comemorado pelas associações de moradores e pelos movimentos sociais engajados na implantação do parque. Entretanto, a desapropriação não chegou a ser concretizada pela Prefeitura, de modo que a declaração de utilidade pública perdeu a validade em 2013. Em 29 de dezembro do mesmo ano, houve um enorme retrocesso, pois, após anos de abertura ininterrupta ao público, o bosque foi fechado por construtoras.

Nos anos seguintes, começou uma batalha em nome do parque. Movimentos sociais – como os Aliados do Parque Augusta, o Organismo Parque Augusta e a Sociedade de Amigos, Moradores, Comércio e Serviços de Cerqueira César (Samorcc) – se uniram e fizeram o Movimento “Ocupe o Parque Augusta”, para pressionar a transformação do espaço em um parque público. Essa reivindicação contrariava os planos de construtoras privadas, que pretendiam desenvolver edifícios residenciais e um parque privado aberto ao público.

A ocupação do espaço, em 2015, por ativistas atraiu atenção para o movimento, enquanto ocorriam batalhas judiciais entre a comunidade e as empresas, que cercaram o bosque após a reintegração de posse. Somente em 2017, depois de quase cinquenta anos de ocupação do parque pela comunidade, que, finalmente, começaram as primeiras etapas do projeto Parque Augusta. O projeto foi idealizado pelo arquiteto e urbanista Samuel Kruchin, do escritório Kruchin Arquitetura, com o objetivo de integrar e conectar as novas edificações, as áreas verdes e os remanescentes preservados.



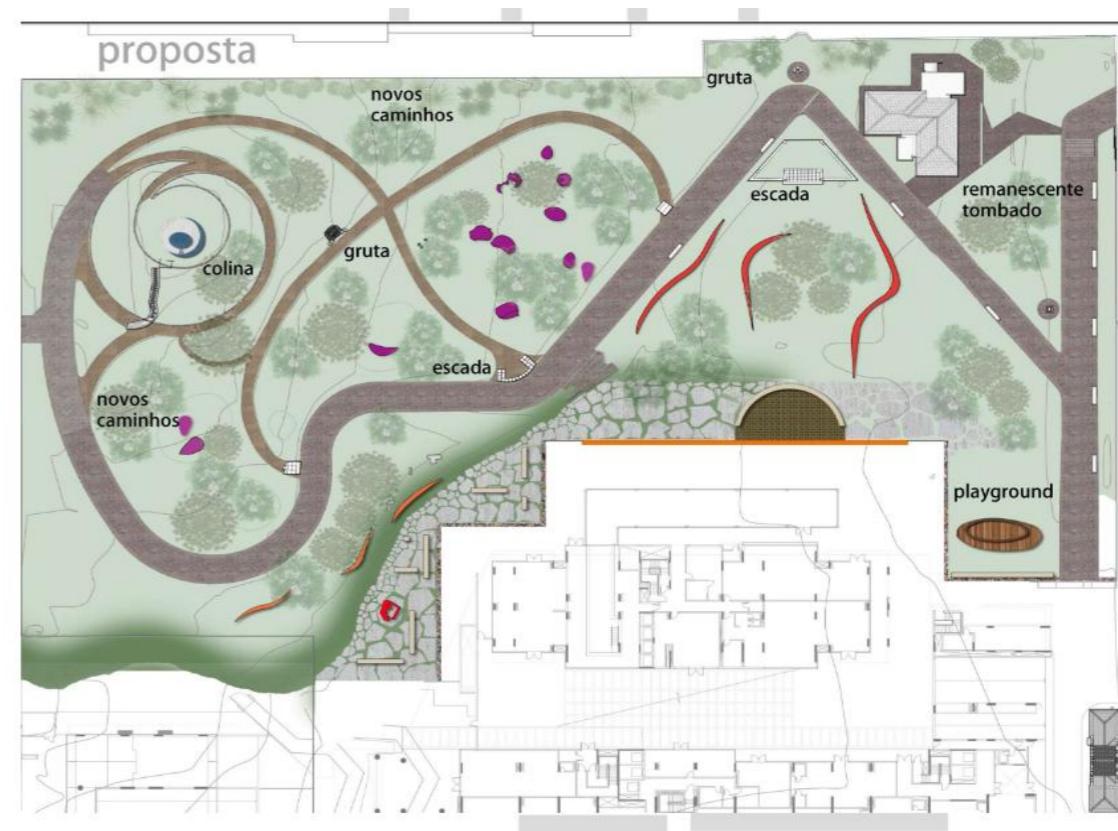
Figura 24 – Registro das prospecções iniciais



Fonte: Kruchin (2015)

O primeiro passo do arquiteto Samuel Kruchin foi um levantamento do espaço, conforme a Figura 24. O lugar onde acreditava-se ser a última reserva da Mata Atlântica no coração da Cidade de São Paulo, na realidade, era um jardim centenário, com aproximadamente 70% de vegetação exótica, como araucárias australianas e jambolão. Essa descoberta do Jardim do Des Oiseaux traçou os próximos passos do projeto, a saber: interpretar os fragmentos, religá-los, encontrar o seu desenho, reconstituir os antigos passeios e fazer emergir, em meio ao bosque, o antigo jardim, tornou-se a alma primeira do projeto do parque, um parque a conter um jardim histórico (Kruchin, 2022).

Figura 25 – Reintegração dos jardins do Colégio Des Oiseaux



Fonte: Kruchin (2015).



Figura 26 – Área sendo utilizada pelo público



Fonte: Imagem de Daniel Ducci.

Para Kruchin (2022), a ideia para um projeto global seria reunir os setores dissociados e integrar ambas as áreas, os novos equipamentos à base histórica que imantava todo ambiente, conforme demonstrado na Figura 25. Seria necessário constituir, uma vez mais, nova unidade, uma integração agora entre ambientes de naturezas diversas, um jardim histórico e o novo programa proposto para um parque completo.

Outra premissa seguida pelo projeto foi aproveitar a topografia local, que minimiza o impacto da obra no ecossistema presente, além de preservar a geografia histórica do terreno.

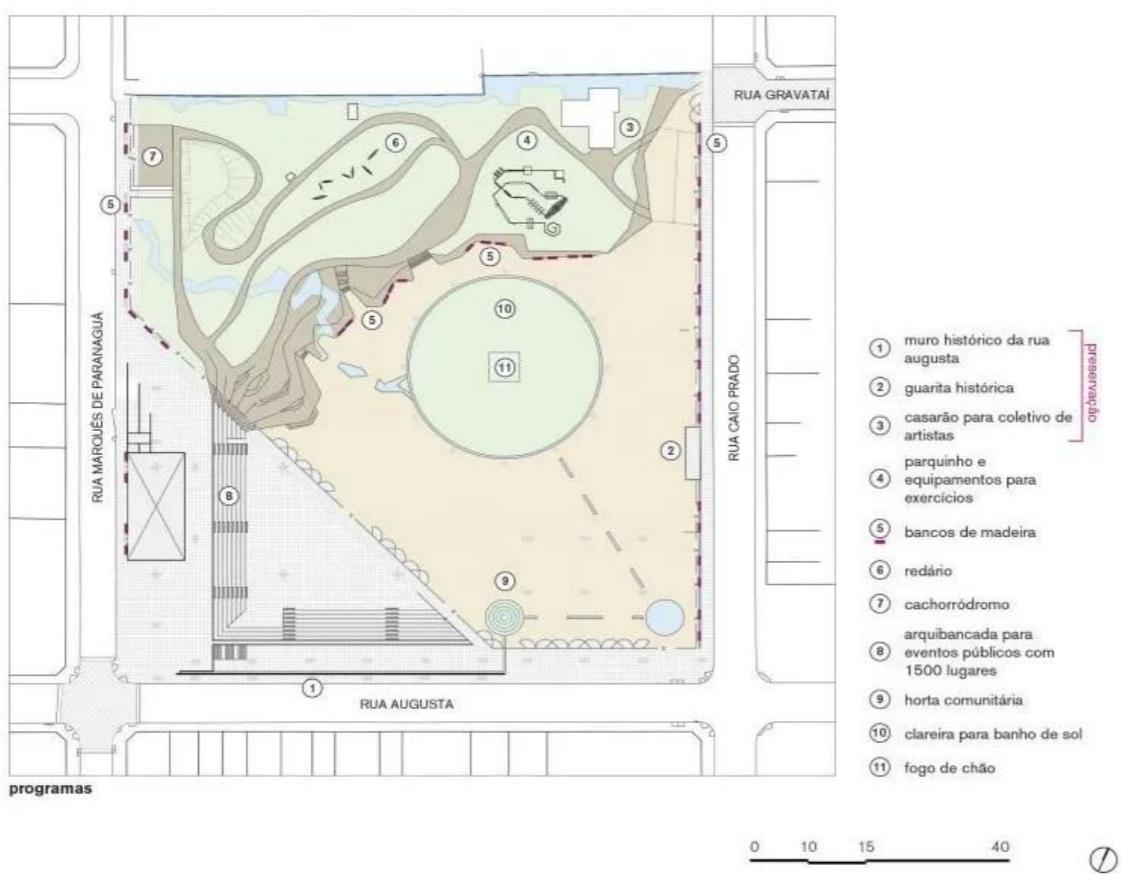
Figura 27 – Vista a partir da arquibancada



Fonte: Imagem de Daniel Ducci.

A escolha de Kruchin (2022) foi utilizar a maior cota do terreno, de três metros, para implantar o programa mais prático do parque, como café, sanitários e administração.

Figura 28 – Implantação a partir da preexistência



Fonte: <https://metroarquitetos.com.br/projeto/parque-augusta-sao-paulo-2017-2/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

De acordo com a Figura 28, 20% da área total do Parque é completamente aberta ao público, sem o fechamento por grades, decisão que aproxima o parque da dinâmica cotidiana da cidade, mesmo quando o restante do espaço está fechado.

Figura 29 – Novas edificações e arquibancadas



Fonte: Carolina Kruchin (2022).

A Figura 29 mostra que uma arquibancada foi a solução para estabelecer uma ligação entre a praça de chegada – cota superior – e os demais programas. Além de atender à função de transpor os níveis, a arquibancada também é utilizada para sediar eventos públicos.



Escola Primária em Gando

A Escola Primária fica localizada em Gando, uma pequena aldeia de Burkina Faso, na África, com cerca de três mil habitantes. O arquiteto Francis Kéré é nativo dessa aldeia e, em sua juventude, enfrentou dificuldades para ter acesso a um ensino de qualidade. Por isso, em 2001, ainda durante a graduação, ele projetou uma escola primária para a vila, que foi o seu primeiro projeto construído. Todos os fundos para a construção vieram da fundação Tijolos para Gando, criada pelo próprio Kéré.

Figura 30 – Fachada da Escola Primária

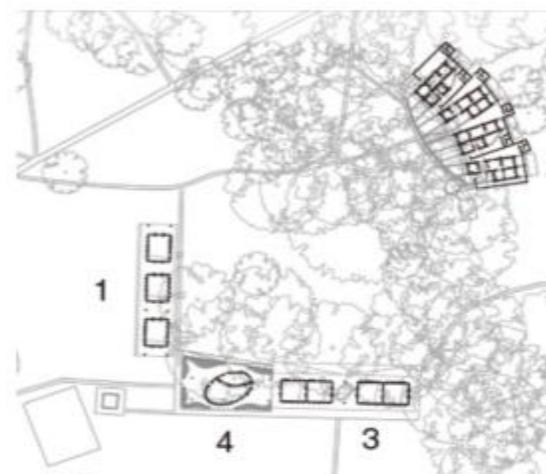


Fonte: <https://www.kerarchitecture.com/work/building/gando-primary-school-3>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Como mostra a Figura 30, o principal objetivo do arquiteto era projetar um espaço que tivesse uma conexão com a vila e com a cultura local. Assim, a população de Gando foi inserida em todas as etapas do processo criativo e construtivo da escola, conciliando saberes tradicionais de construção com métodos construtivos de alta tecnologia.

Com o passar do tempo, a escola foi sendo expandida. Em 2004, passou a contar com uma acomodação para os professores; no ano seguinte, houve uma extensão para receber mais alunos; e, em 2012, passou a ter uma biblioteca. As ampliações demonstram uma apropriação pela comunidade, com o programa de necessidades em constante renovação e a dinamicidade do projeto o acompanhando.

Figura 31 – Implantação da 1^a fase e posterior expansão



1. Escola Primária
2. Acomodação dos Professores
3. Expansão da Escola Primária
4. Biblioteca

Fonte: <https://arquitecturaviva.com/works/escuela-primaria-de-gando-10>. Acesso em: 14 jun. 2025.

De antemão, é importante diferenciar duas vertentes de produção arquitetônica pós-Revolução Industrial. Na primeira vertente, há a adoção maciça de soluções em aço, concreto, areia e vidro, materiais que se encontram em processo de esgotamento natural, pois provêm de fontes não renováveis. A segunda vertente, na qual o arquiteto Francis Kéré se insere, busca retomar o papel social da arquitetura, ou seja, analisar o contexto social, tecnológico e econômico para realizar as escolhas projetuais. Nessa vertente, cresce a tendência de se utilizar tecnologias construtivas vernaculares aliadas a técnicas contemporâneas de sustentabilidade.

No projeto da Escola Primária de Gando, devido ao déficit habitacional e à mão de obra numerosa de baixa qualificação no país, a construção foi realizada por meio de mutirão, com a finalidade de empregar e instruir tecnicamente o maior número de trabalhadores. Ademais, o trabalho em equipe permite uma aceleração no processo de construção, a redução de custos relacionados à contratação de mão de obra, assim como o empoderamento da população.



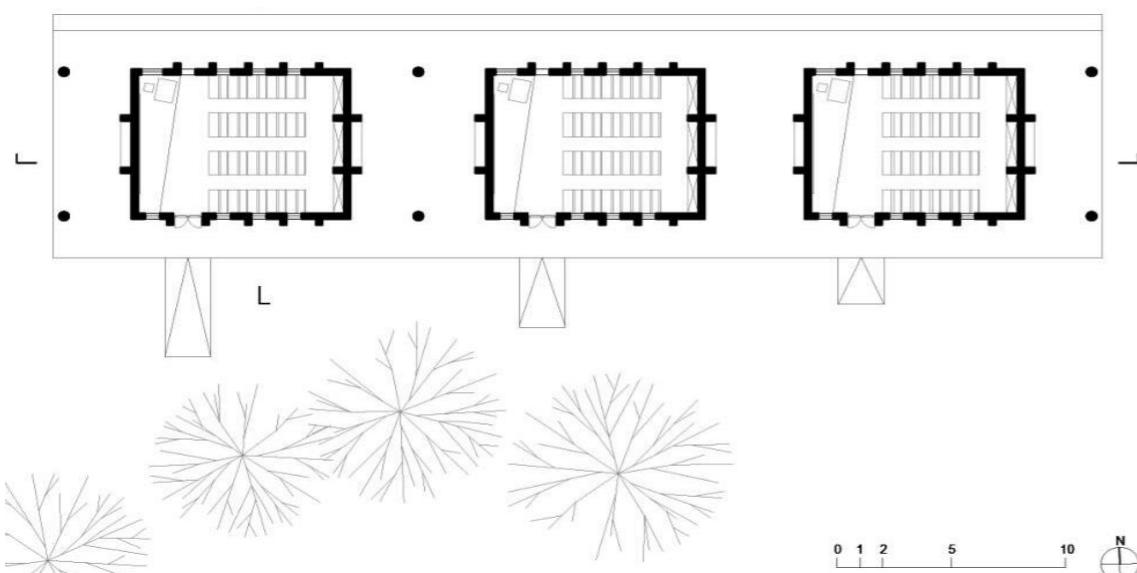
Figura 32 – Fotografia da Construção



Fonte: <https://arquitecturaviva.com/works/escuela-primaria-de-gando-10>. Acesso em: 14 jun. 2025.

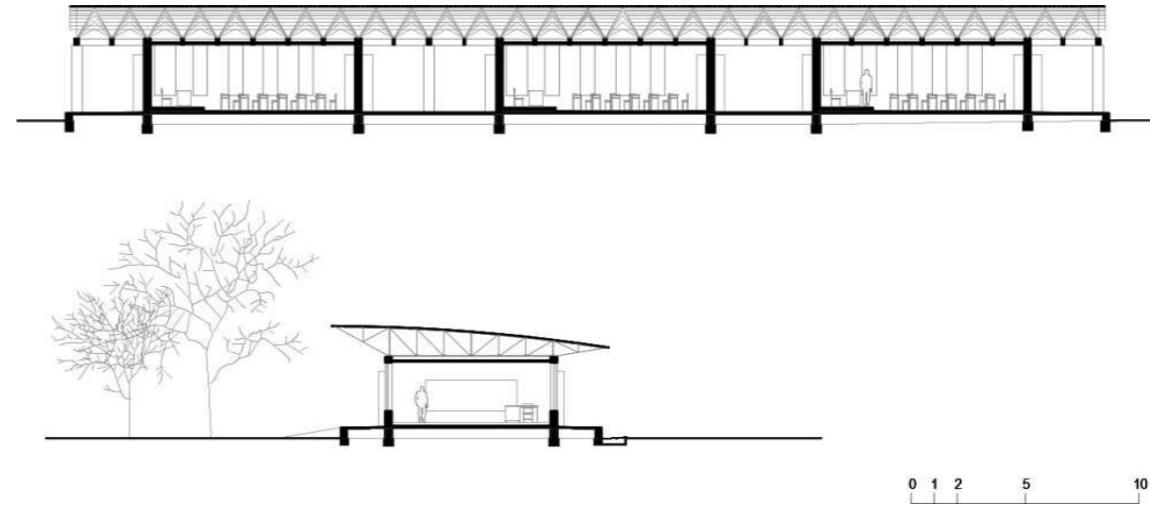
A escola possui uma forma bastante simples, composta por três módulos retangulares de sete metros por nove metros, que são as salas de aula, cuja capacidade é de cinquenta alunos em cada uma. Conforme a Figura 33, essas salas são conectadas por um único telhado, levemente curvado, que avança o limite da edificação.

Figura 33 – Planta Baixa



Fonte: <https://arquitecturaviva.com/works/escuela-primaria-de-gando-10>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Figura 34 – Elevação

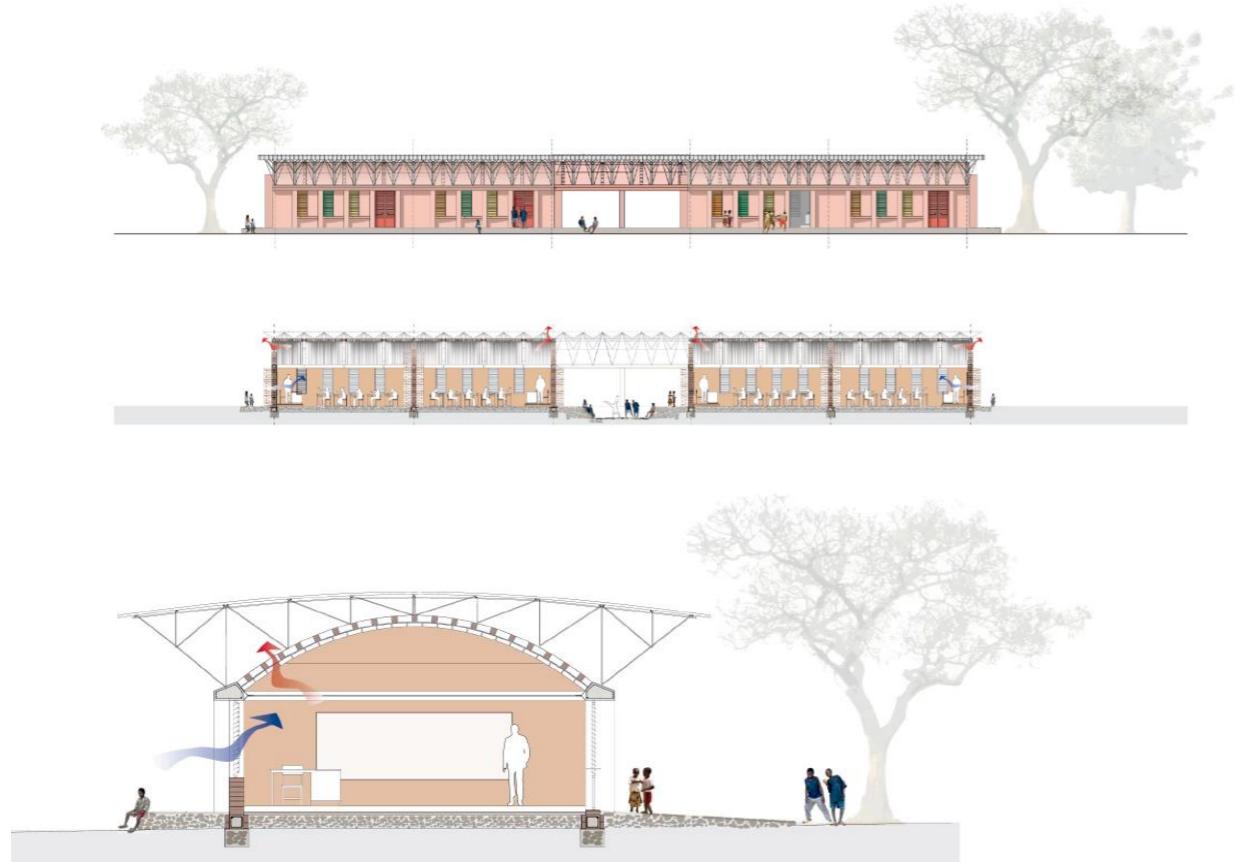


Fonte: <https://arquitecturaviva.com/works/escuela-primaria-de-gando-10>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Esta técnica de construção de barro tradicional foi modificada e modernizada para criar uma construção mais robusta estruturalmente, sob a forma de tijolos. Os tijolos de argila têm a vantagem adicional de serem baratos, fáceis de produzir e de fornecerem proteção térmica contra o clima quente. Além da sua durabilidade limitada, as paredes devem ser protegidas contra as chuvas com um grande telhado de zinco suspenso.

Muitas casas em Burkina Faso têm essas coberturas onduladas metálicas que absorvem o calor do sol, tornando os espaços internos muito quentes. Ademais, entre as salas de aula, existem pátios que formam espaços de convivência e geram espaços vazados na fachada – assim como o telhado, que aparenta estar flutuando em relação às salas. Essa escolha foi feita para privilegiar o conforto térmico da edificação, visto que o ar quente dentro das salas de aula sobe e passa pelo vão do telhado, saindo da estrutura. Isso possibilita a entrada de ar frio, de modo a refrescar o interior.

Figura 35 – Diagramas que exemplificam o funcionamento do conforto térmico



Fonte: <https://arquitecturaviva.com/works/escuela-primaria-de-gando-10>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Mesmo com poucas formas simples, como as salas retangulares e o telhado levemente curvado, Francis Kéré demonstrou ser capaz de criar um ambiente interessante, devido ao seu alto conhecimento dos materiais locais e das necessidades da sua comunidade.

Figura 36 – Foto de uma das salas



Fonte: <https://arquitecturaviva.com/works/escuela-primaria-de-gando-10>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Toda a trajetória profissional de Francis Kéré está profundamente conectada com as suas origens e com a sua história de vida, o que torna a sua arquitetura rica em simbologia e nada é considerado supérfluo. O arquiteto busca entender o contexto cultural do local onde a sua obra será construída, projeta de uma forma específica para cada lugar e abraça a cultura e os costumes de cada povo. No projeto da Escola Primária de Gando, essas características aparecem durante todo o processo de elaboração e construção.

O projeto teve início com uma discussão junto à comunidade local, para descobrir quais eram seus desejos e suas necessidades. É importante ressaltar que o contato com os moradores não se encerra, pois eles são parte de todo o processo construtivo, aplicando conhecimentos tradicionais na construção. Dessa forma, a escola torna-se um motivo de orgulho para a comunidade, devido à sua participação em todo o processo. Além disso, Kéré buscou utilizar materiais e técnicas construtivas locais na construção da escola. Como exemplo, podemos citar a argila, que é um material muito importante para a cultura local e está presente em diversas construções de Gando.

Esse sistema construtivo é abundante na aldeia e oferece um excelente desempenho diante de todas as características climáticas do local. Assim, o arquiteto escolheu um material familiar e simbólico para os moradores, aplicando novas tecnologias para aprimorar o seu desempenho. Por fim, o telhado



de tijolos e o teto de argila perfurada foram projetados de modo a reduzir a temperatura dentro da construção, pelo aumento da ventilação nas salas de aula. Isso tudo faz com que a escola seja um exemplo de consciência ecológica e demonstra a importância dada pelo arquiteto para as questões sociais e ambientais.

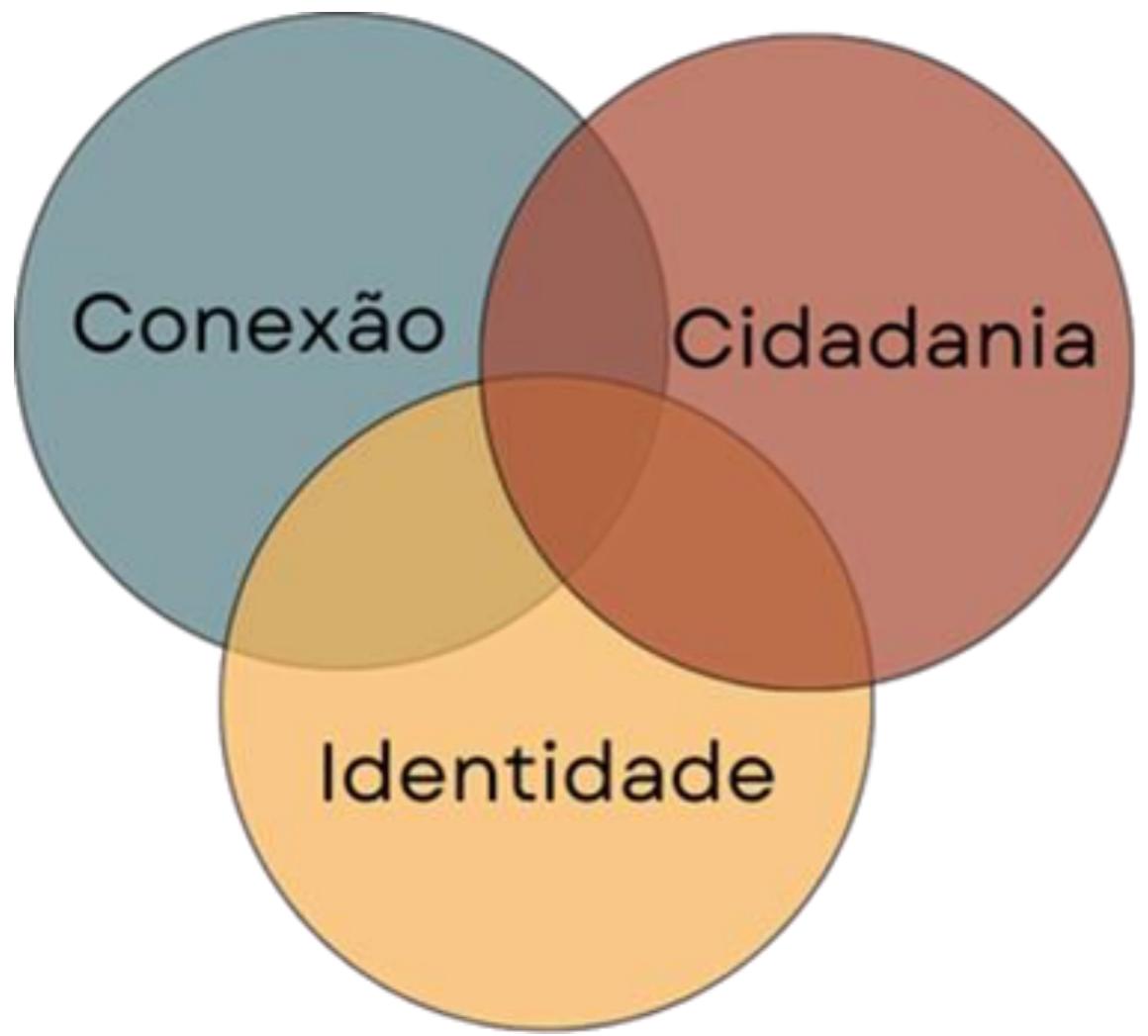
Nesse sentido, podemos observar que houve muitas contribuições da essência de arquitetura descolonial no projeto da escola, como o uso de materiais locais e sustentáveis, a participação comunitária, a integração de conhecimentos tradicionais e modernos, além da utilização de metodologias descoloniais em educação. Para Kenya (2017), a inclusão de abordagens participativas e a valorização dos recursos locais podem levar a um sistema educacional mais inclusivo e sustentável. No caso de Gando, a escola é um espaço de aprendizado e representa um símbolo de empoderamento e autonomia comunitária.



O Projeto

Conceito

Figura 37 – Diagrama dos Conceitos



Fonte: Produzido pela autora.

CIDADANIA – Espaços para a população que auxiliem na prática da cidadania.

CONEXÃO – Permeabilidade visual; trazer a praça para o edifício e levar o edifício para a praça.

IDENTIDADE – Trabalhar com a preeexistência.

Cidadania

Além de atender às necessidades práticas e de lazer da comunidade, a proposta também se configura como um verdadeiro **espaço de cidadania**. Ao buscar promover a participação ativa dos moradores em atividades, cursos, eventos e decisões do bairro, o programa fortalece o senso de pertencimento e estimula o exercício da cidadania cotidiana. A oferta de espaços para escuta comunitária, práticas esportivas, formação cultural e apoio ao comércio local amplia o acesso a direitos básicos e reforça a construção de uma comunidade mais justa, inclusiva e consciente de suas responsabilidades coletivas. Dessa forma, a AMBASAM oferece serviços e fomenta o engajamento social, a valorização do espaço público e a formação de cidadãos mais atuantes e integrados.

Em suma, a Associação:

- **promove a participação ativa** dos moradores nas decisões e atividades do bairro;
- **fortalece o senso de pertencimento** à comunidade, aproximando as pessoas do local onde vivem;
- **garante acesso a direitos básicos**, como lazer, educação, esporte, cultura e suporte comunitário;
- **incentiva a responsabilidade coletiva** sobre o espaço público, estimulando o cuidado, a preservação e o uso consciente da praça e das estruturas;
- **oferece meios para a expressão e a organização social**, permitindo que a população se organize, proponha ideias, compartilhe necessidades e construa soluções coletivas.

Conexão

Com esta proposta, pretendemos articular, de forma integrada, o edifício e a praça, estabelecendo uma conexão orgânica entre espaço construído e espaço aberto. O edifício funciona como núcleo de suporte e organização, onde são realizados atendimentos, cursos, reuniões e atividades administrativas; ao passo que a praça amplia essa atuação ao oferecer um espaço livre para a convivência, o lazer, o esporte e a celebração comunitária. Essa relação é reforçada na disposição dos usos e no tratamento dos percursos e dos materiais, visto que o piso que parte do edifício se estende até a praça, com uma escolha de revestimento contínuo e acolhedor, que simboliza essa unidade e convida a comunidade a caminhar.

Um caminho de ipês acompanha essa transição e guia as pessoas da entrada do edifício aos principais espaços da praça, como a área de esportes e as zonas de lazer, formando um eixo vivo e florido ao longo do percurso. A implantação também prevê uma travessia elevada entre o edifício e a



praça, com o objetivo de priorizar o pedestre, reduzir a velocidade dos veículos e reforçar o sentimento de pertencimento e segurança no deslocamento entre os espaços.

Assim, a Associação e a comunidade se fortalecem mutuamente: a Associação organiza, escuta e promove ações de interesse coletivo, já a comunidade participa, propõe e ocupa os espaços, tornando-se protagonista do seu próprio território. Portanto, o projeto propicia infraestrutura e serviços, bem como consolida um espaço de cidadania ativa, pertencimento e construção coletiva, onde cada caminho, cada árvore e cada encontro reforçam a relação de cuidado e vida comunitária.

Identidade

A identidade do projeto nasce do respeito às características locais e da valorização da memória coletiva do bairro Santa Mônica. A proposta parte da reforma de um edifício já existente, preservando seus elementos formais e suas proporções simples, típicas da arquitetura tradicional da região, como forma de manter a continuidade estética e cultural do entorno. Ao optar pela requalificação e não pela substituição, o projeto reafirma a importância da história construída naquele espaço, conferindo novo uso e vitalidade a uma estrutura que já faz parte da paisagem afetiva da comunidade.

Paralelamente, a requalificação da Praça Américo Ferreira de Abreu reforça essa diretriz de preservação e respeito. As árvores já existentes na praça são mantidas e integradas ao novo desenho, reconhecendo seu valor ambiental, histórico e simbólico para os moradores. O conjunto, então, se consolida como um gesto de cuidado, pois, ao renovar o edifício e revitalizar a praça, o projeto costura passado e presente, fortalece a identidade local e oferece espaços que respeitam e celebram a história, ao mesmo tempo que abre caminho para novas práticas e formas de pertencimento.

Figura 38 – Implantação Atual da Praça Américo Ferreira de Abreu



A Praça Américo Ferreira de Abreu é um importante marco na paisagem do bairro, devido a sua grande extensão e por ser a única área verde pública em uma área de aproximadamente 770.000,00 m². A seguir, apresentamos algumas informações sobre a Praça.

- **Localização e Estrutura**
- **Endereço:** Praça Américo Ferreira de Abreu, Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP 38408-166.
- **Características:** A praça **possui um palco** utilizado para atividades culturais e lúdicas.
- A praça é cercada por diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como:
- **Restaurantes:** Mister Frangos Rotisseria.
- **Serviços de transporte:** Moto Táxi 100% ;
- **Comércio variado:** Magazine Mendes; Clínica Odontomax.



- **Atividades e Uso Comunitário**

- **Eventos culturais:** apresentações no palco central.
- **Atividades comunitárias:** atendimentos do Procon Móvel.
- **Lazer:** Espaço para as crianças brincarem e para a prática de exercícios físicos.

Em 2015, a Prefeitura Municipal de Uberlândia realizou uma revitalização significativa da Praça Américo Ferreira de Abreu, como parte de um programa iniciado em 2013 pela Secretaria de Serviços Urbanos, que visava recuperar mais de cinquenta praças da cidade. Entre as melhorias realizadas na época, destacam-se: a reforma dos banheiros públicos; a instalação de 25 novas lixeiras; a pintura de cerca de cinquenta bancos, meios-fios e do palco central; além da reforma do calçamento e dos conjuntos de mesas e bancos. Outras melhorias incluem a manutenção da academia ao ar livre e da quadra de esportes, com a pintura do piso e a reforma dos gols e do alambrado; reformas no *playground* – como a substituição da areia e a pintura dos brinquedos –, e serviços de jardinagem, com a poda de árvores e o corte do gramado.

A Praça Américo Ferreira de Abreu é um importante ponto de encontro para os moradores do bairro Santa Mônica. Além das atividades físicas e de lazer, o local também abriga eventos e ações comunitárias, como o atendimento do Procon Móvel, que, em maio de 2022, esteve presente na Praça oferecendo suporte à população sobre questões relacionadas a compras, empréstimos e renegociação de dívidas.

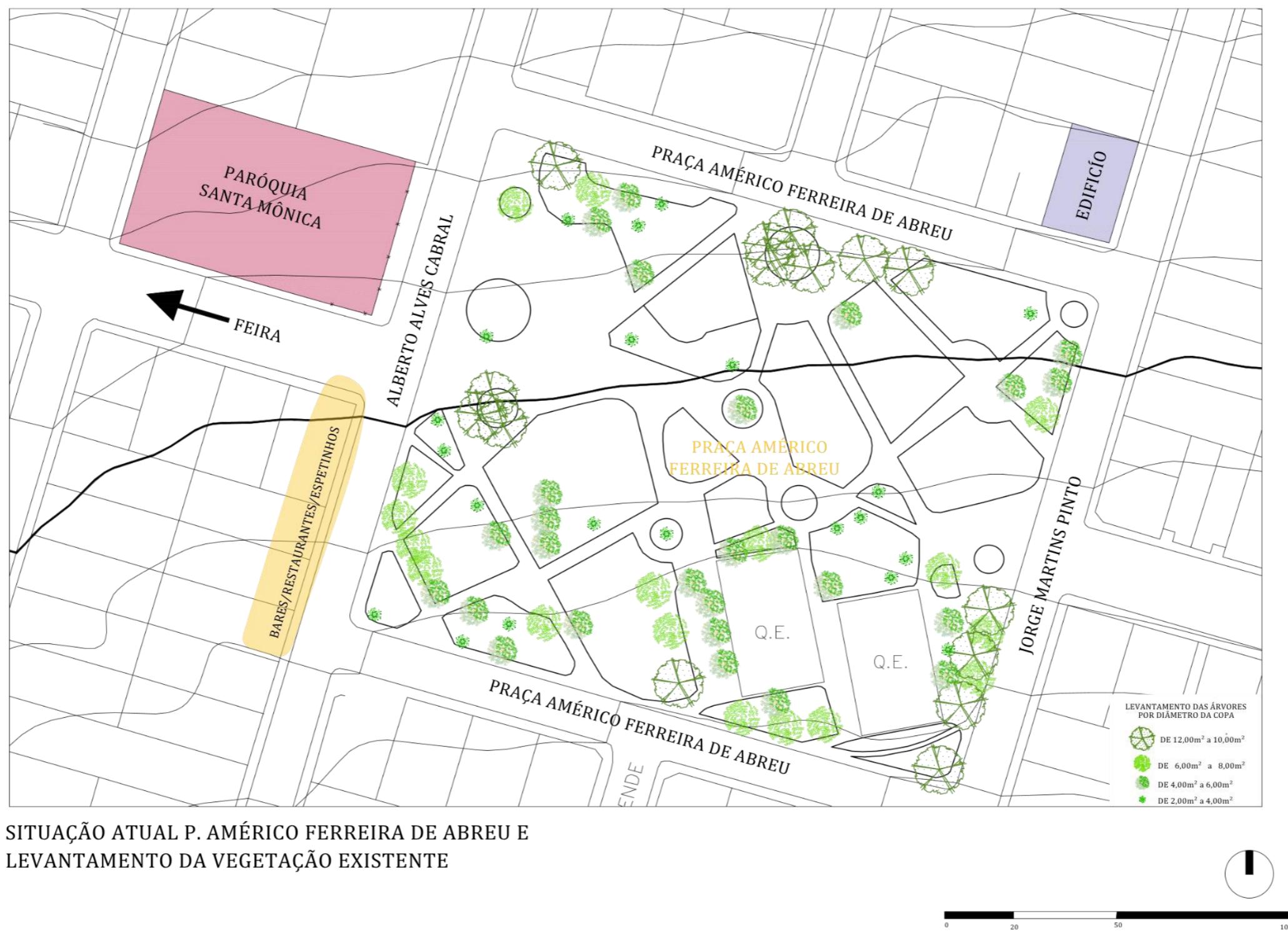
Entretanto, apesar das melhorias implementadas no passado, o espaço, atualmente, apresenta sinais evidentes de desgaste e desatualização, de modo que uma nova intervenção é necessária. O pavimento, bastante desgastado e irregular, compromete a acessibilidade e o conforto dos usuários; as áreas de lazer e esportes carecem de melhor definição, integração e qualificação dos mobiliários urbanos. O paisagismo, ainda que conte com árvores importantes e consolidadas, exibe grandes áreas de gramado seco e subutilizado, o que prejudica o conforto ambiental e reduz a atratividade do espaço. Ademais, a circulação interna é pouco clara e contínua, e a falta de travessias elevadas reforça a separação entre a praça e o seu entorno urbano, o que dificulta o acesso seguro e confortável para os pedestres.

Diante desse contexto, com a nova proposta de revitalização, buscamos restituir a vitalidade da Praça Américo Ferreira de Abreu, respeitando e valorizando seus elementos naturais já consolidados, como as árvores existentes. Buscamos, ainda, a requalificação dos percursos, a criação de travessias seguras, a reestruturação dos espaços de lazer e esporte e a introdução de novos equipamentos que

fomentem o uso coletivo. Assim, pretendemos fortalecer o vínculo entre a praça e a comunidade, promovendo um ambiente mais acessível, acolhedor e vivo, onde a história local se entrelace com novos usos e possibilidades de convivência.



Figura 39 – Implantação Atual da Praça Américo Ferreira de Abreu



Fonte: Produzido pela autora.



Edifício

A escolha do edifício utilizado no projeto surgiu devido ao fato de o imóvel ser um exemplar de habitação popular típica do bairro Santa Mônica, que carrega, em suas técnicas construtivas, materiais e organização espacial da expressão de modos de fazer locais. Ao optarmos pela requalificação desse imóvel específico, buscamos adaptar uma estrutura existente às novas demandas da comunidade, bem como valorizar um patrimônio cotidiano, muitas vezes, invisibilizado pelas narrativas oficiais da arquitetura.

Figura 40 – Imagem da fachada do edifício



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 41 – Imagem da fachada do edifício



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Durante a iniciação científica, ao descrever o edifício, mais do que simplesmente uma casa em um estado de conservação ruim, esse imóvel revela as marcas do processo de autoconstrução, tais como: o uso pragmático de materiais disponíveis; as soluções técnicas diretas (como as terças aparentes e o uso do fibrocimento) e as adaptações sucessivas da edificação ao longo do tempo, como se percebe na composição do telhado, provavelmente, ampliado em um momento posterior à construção. A tipologia demonstra flexibilidade para se adaptar às necessidades dos usuários. As ampliações improvisadas da cobertura, o uso de lonas e o desnível do piso revelam essa dinâmica constante de crescimento, adaptação e atualização, isto é, uma arquitetura viva.

- **Cobertura:** Telhado de fibrocimento (tipo brasilit), com madeira aparente.
- **Paredes:** Alvenaria rebocada e pintada em tons terrosos, apresentando sinais de desgaste e manchas.
- **Colunas:** Estruturas de madeira, algumas com pintura descascada, sustentando a cobertura.
- **Portões e portas:** Metálicos, com pintura em tons esverdeados e sinais de envelhecimento.
- **Piso:** Solo compactado e pavimentação simples, com calçada de concreto sem acabamento.
- Tons terrosos predominantes, como marrom e laranja queimado nas paredes.
- Verde-claro e verde-escuro nos portões e portas.
- Cinza do telhado e do piso, reforçando a aparência funcional e despojada.
- Linhas horizontais predominantes, reforçadas pelo telhado inclinado e pela extensão da fachada.
- Espaço coberto na frente, sugerindo uso comercial ou misto (com possibilidade de estacionamento).
- Fachada aberta em alguns trechos, permitindo visibilidade e acesso direto.
- Vegetação mínima, com uma única árvore de pequeno porte em frente à fachada.
- A fachada transmite uma sensação de praticidade e uso cotidiano, com foco em acessibilidade e funcionalidade. A estética simples e o uso de materiais econômicos indicam uma construção que atende às necessidades básicas do local, possivelmente voltada para fins comerciais, como pequenos comércios ou oficinas.”

A mistura de técnicas construtivas tradicionais (alvenaria autoportante) com materiais industrializados (portas e grades metálicas) evidencia a fusão entre o saber tradicional e as tecnologias acessíveis. A solução prática de duplicação da terça da cumeeira é um exemplo claro da engenhosidade popular. Além disso, a edificação dialoga diretamente com a paisagem do bairro. Essa construção, não é um objeto isolado, mas um elemento integrante do tecido urbano, reconhecível e familiar para a comunidade, ou seja, o morador e o passante não veem essa construção como um “erro” ou “algo improvisado”, pois a reconhecem como “o tipo de casa/comércio do bairro”.

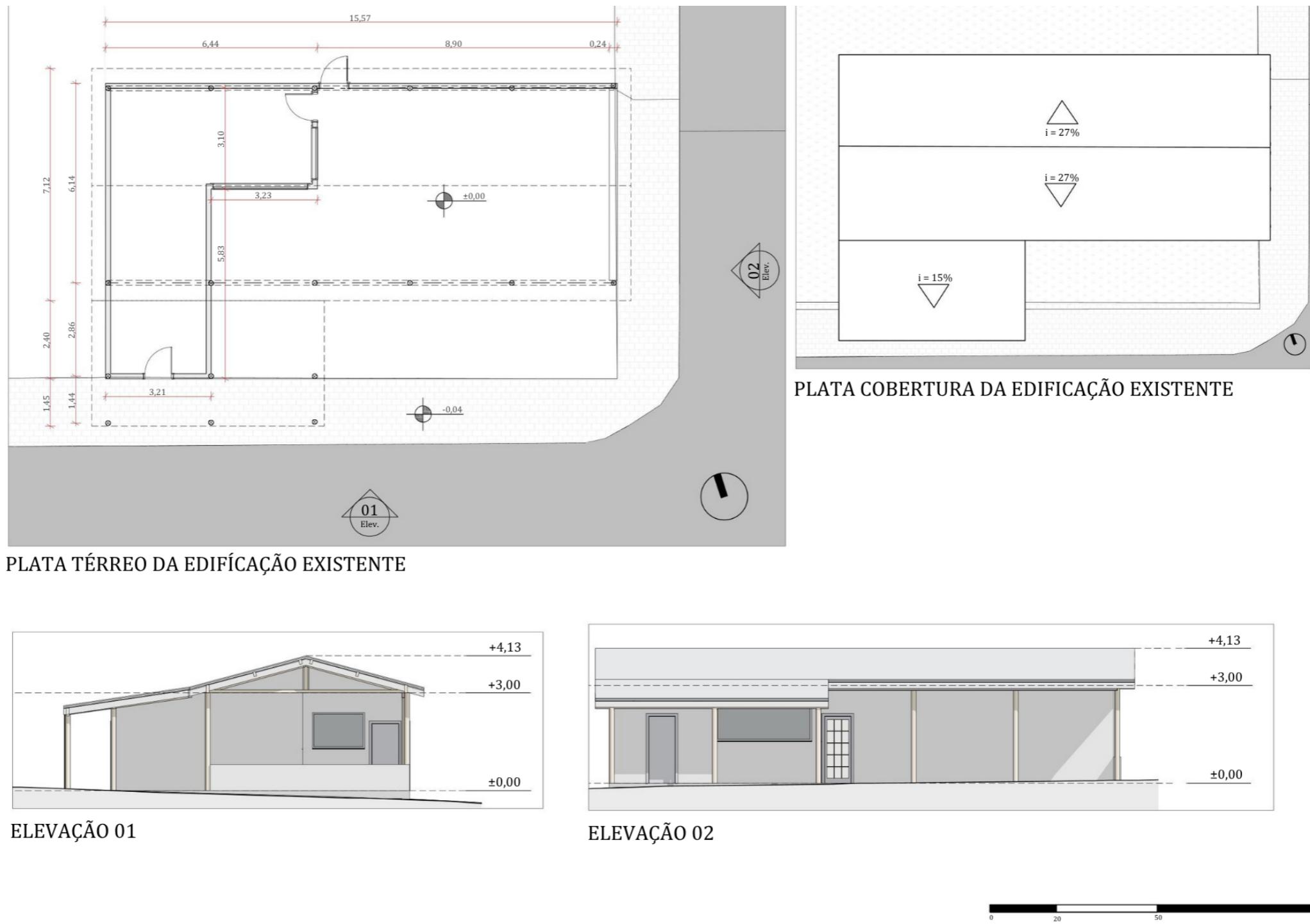
O edifício preserva características que são típicas da formação urbana espontânea de Uberlândia e, mais especificamente, do bairro Santa Mônica, como o uso da frente do lote de forma intensa, a relação direta com a rua e a valorização do espaço aberto como parte da atividade comercial/social. A arquitetura representada aqui carrega memória afetiva. Ao conservar seus elementos principais – a forma simples, o telhado aparente, a presença da madeira bruta –, a construção contribui para manter viva a memória da formação espontânea do bairro.

Sob essa ótica, o edifício é muito mais do que uma fachada rústica e desgastada. É um testemunho vivo de práticas construtivas populares, da memória coletiva, da cultura urbana e da identidade do bairro. O projeto de intervenção (revitalizar, adaptando sem apagar) procura dialogar perfeitamente com esse entendimento: conservar não apenas uma casca física, mas os valores sociais, históricos e culturais que essas estruturas representam.



Levantamento do Edifício

Figura 42 – Imagem da fachada do edifício

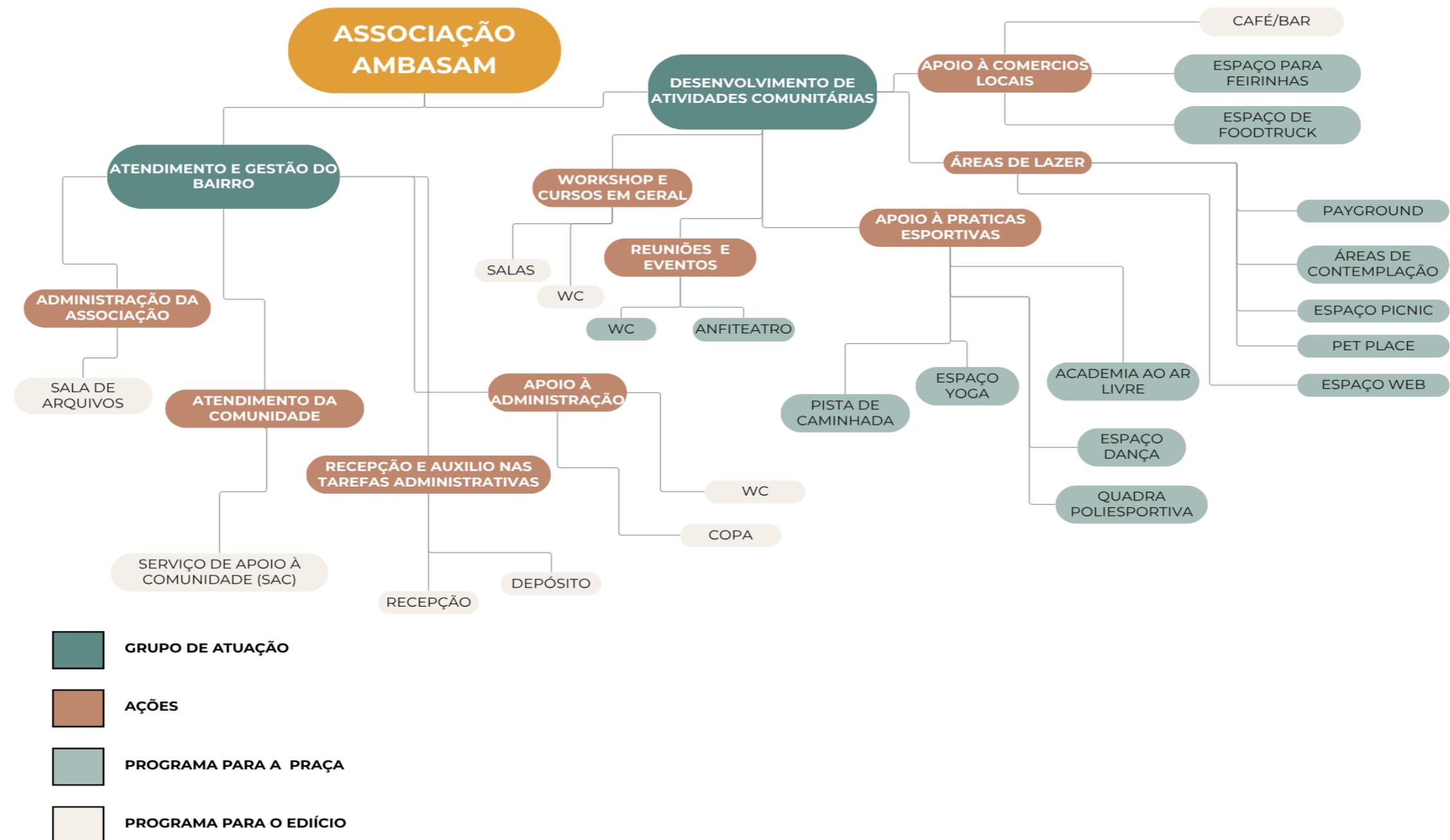


Fonte: Produzido pela autora.



Programa do Espaço de Cidadania

Figura 43 – Diagrama de Composição do Programa



Fonte: Produzido pela autora.



A Figura 42 apresenta a estrutura da AMBASAM, organizada em dois grandes grupos de atuação: Atendimento e Gestão do Bairro e Desenvolvimento de Atividades Comunitárias. No primeiro grupo, concentram-se as principais responsabilidades administrativas da associação, como a administração da Associação, que conta com uma sala de arquivos e a recepção e auxílio nas tarefas administrativas, composta por uma área de recepção e um depósito de apoio. O Serviço de Apoio à Comunidade (SAC) foi criado a partir da identificação de demandas locais, com o objetivo de oferecer um espaço dedicado tanto à escuta das necessidades dos moradores quanto à proposição de ideias, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e a Associação.

O Desenvolvimento de Atividades Comunitárias compreende ações voltadas para *workshops* e cursos em geral, reuniões e eventos, apoiadas por espaços como salas específicas, banheiros (WC), copa e um anfiteatro. Esta área também se estende para o apoio ao comércio local, com a oferta de estruturas como café/bar, espaço para feirinhas e para *food trucks*, e para a promoção de práticas esportivas, por meio de equipamentos como espaço ioga, pista de caminhada, academia ao ar livre, espaço dança e quadra poliesportiva.

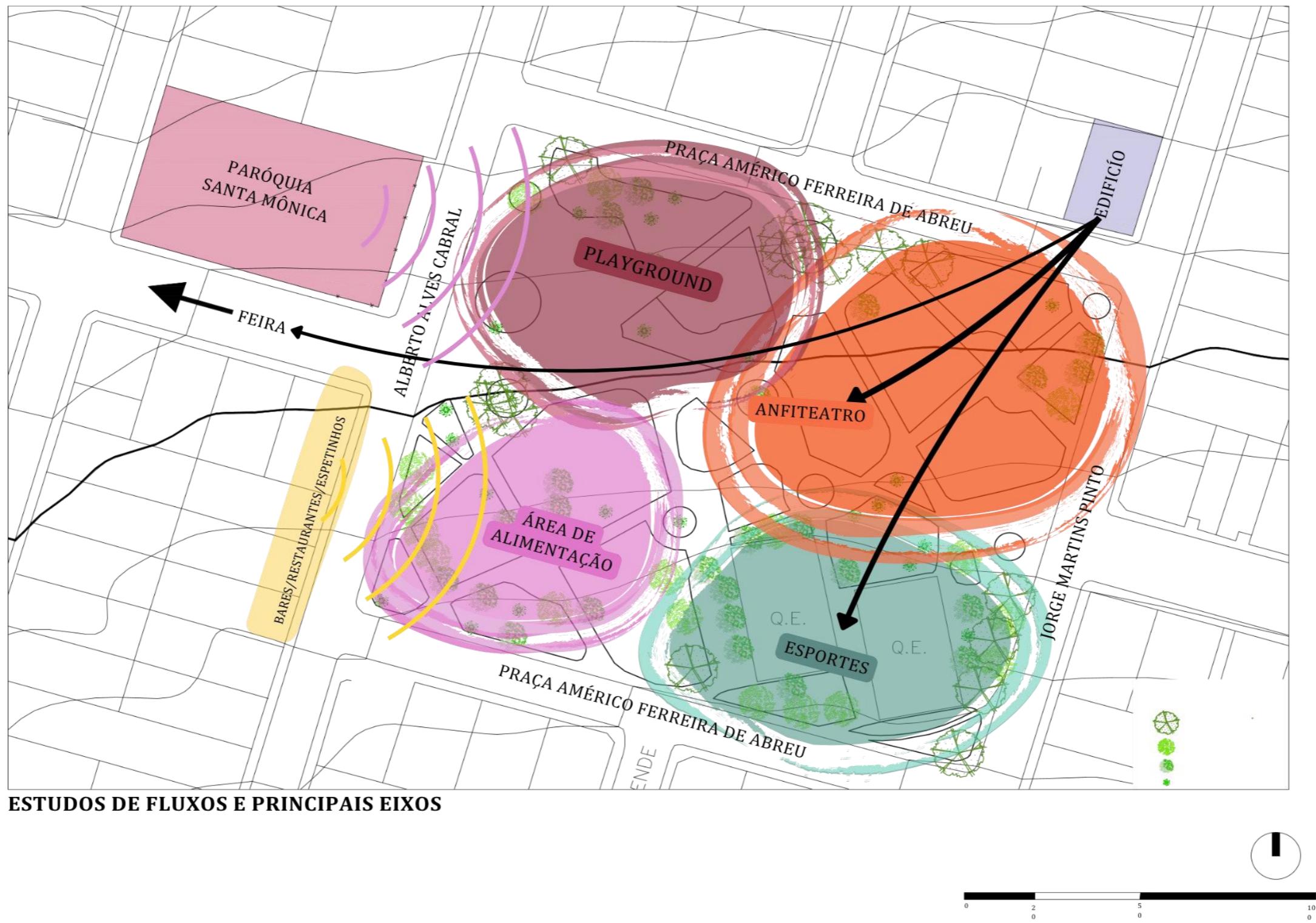
O diagrama ainda apresenta programas que abrangem a praça pública, incorporando espaços de lazer e convivência, como *playground*, áreas de contemplação, área para piquenique e para pets, e espaço web, todos pensados para fomentar o uso comunitário e o fortalecimento dos laços sociais em áreas abertas. No âmbito dos espaços internos (programa para o edifício), estão previstos ambientes voltados ao suporte administrativo e à realização de eventos, como salas de reunião, copa, banheiros e áreas de apoio.

É importante destacar que muitas das atividades realizadas na praça podem ser promovidas diretamente pela Associação, como a organização de escolinhas de futebol, feiras de artesanato e eventos diversos em parceria com a Paróquia Santa Mônica, como a tradicional Festa Julina, já consolidada na Praça Américo Ferreira de Abreu. Além disso, a proximidade com essa área verde contribui para aumentar a visibilidade da Associação, tornando-a mais conhecida pelo público em geral.

A criação de um espaço comercial, como um café/bar, estimula a movimentação em horários e dias de menor fluxo – aspecto fundamental para a vitalidade e a segurança dos espaços urbanos, como defende Jacobs (1961) – e representa uma oportunidade de geração de receita para a Associação. A renda obtida com a locação desse espaço poderá ser revertida em investimentos para o próprio bairro e para a ampliação de cursos e programas oferecidos à comunidade. Assim, a organização proposta no

diagrama demonstra como a AMBASAM articula gestão, serviços comunitários e atividades culturais, esportivas e de lazer, fortalecendo a integração e o desenvolvimento do bairro.

Figura 44 – Diagrama de Composição do Programa



Fonte: Produzido pela autora.



1. Ponto de Partida

- **Memória local** → reconhecimento das tipologias populares e da formação espontânea do bairro;
- **Demandas comunitárias** → necessidade de espaços de cidadania, lazer, cultura e apoio social.

2. Conceitos

- Cidadania viva;
- Conexão espacial e social;
- Valorização da identidade local.

3. Estratégias Arquitetônicas

- **Preservar e adaptar o edifício existente** → reconhecer e valorizar saberes construtivos populares;
- **Revitalizar a praça** → manter e integrar as árvores existentes, qualificar percursos e espaços de convivência;
- **Criar continuidade entre edifício e praça** → piso contínuo + travessias elevadas + caminho de ipês;
- **Priorizar o pedestre e a permanência** → estimular o uso cotidiano, o encontro e a segurança.

4. Organização Programática

- **Edifício** → Núcleo administrativo, cultural e de atendimento comunitário;
- **Praça** → Espaço de convivência, lazer, esporte e apoio ao comércio local;
- **Interface ativa** → Café/bar, feiras e eventos para movimentar a fronteira entre edifício e praça.

5. Resultado Esperado

- **Espaço de cidadania ativa**, onde a memória, a história e a vida comunitária se entrelaçam;
- **Reforço da identidade urbana** com espaços acolhedores, acessíveis e participativos.



IMPLEMENTAÇÃO

ESC. 1:500





Vista dos Caminhos





Vista do Pet Place



Vista da area de Picnic e espaço para foodtruck



Vista do Anfiteatro



Vista dos Caminhos



Vista dos Caminhos



Vista da área de banheiros e bebedouro



Vista do Playground



Vista do Playground



Vista do Playground

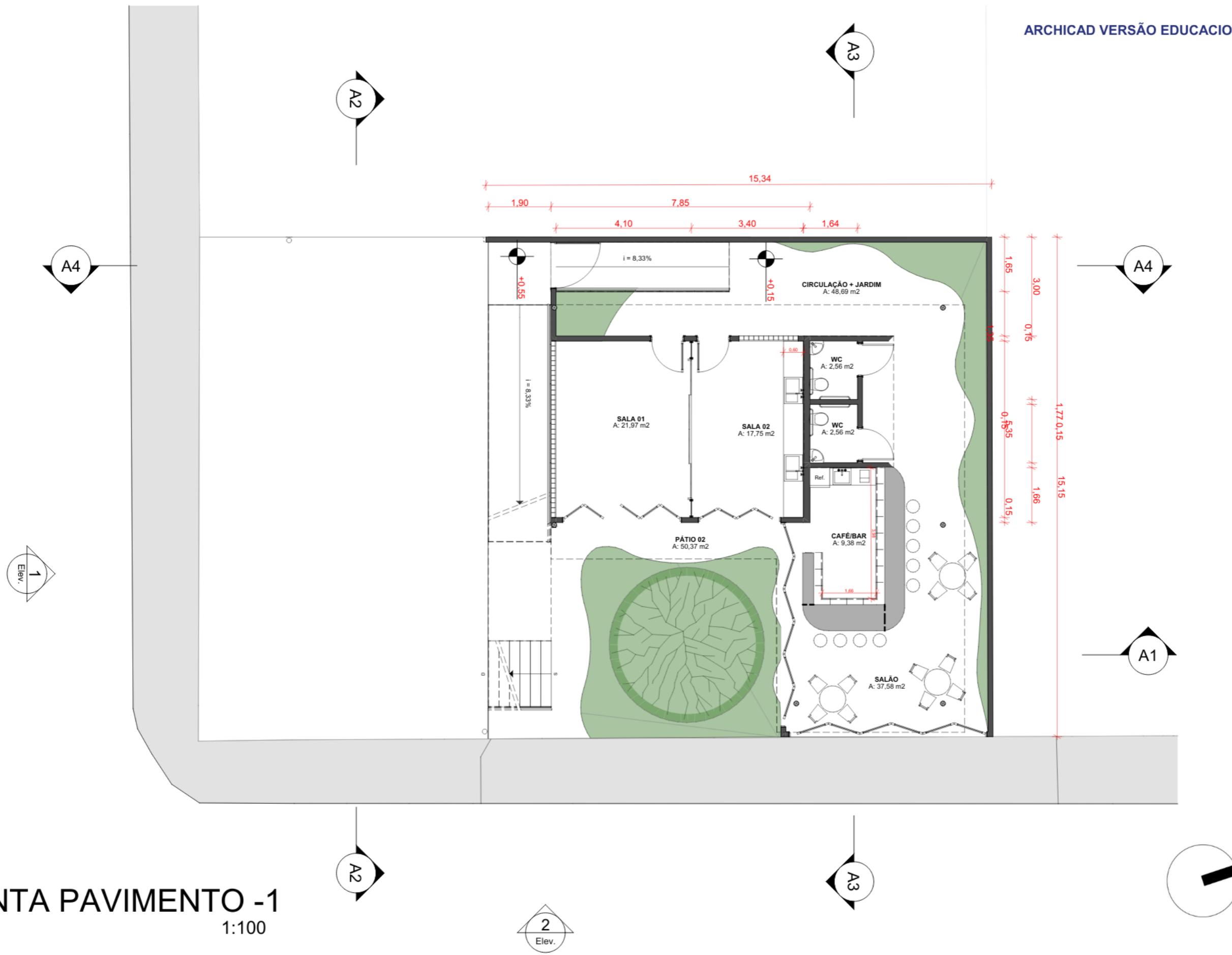


Vista do espaço web

ARCHICAD VERSÃO EDUCACIONAL



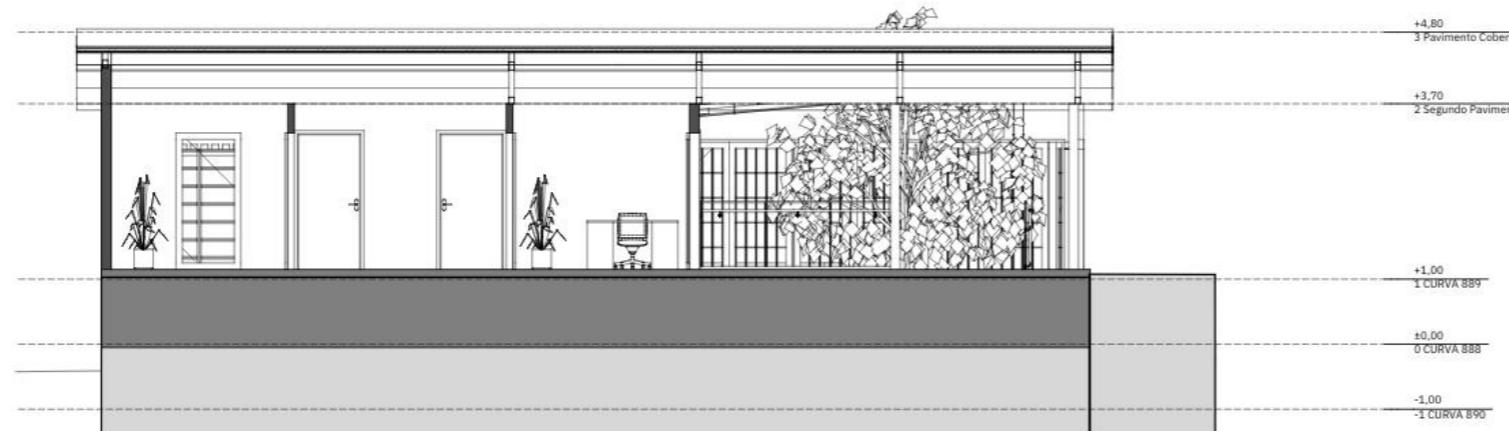
PLANTA PAVIMENTO -1
1:100





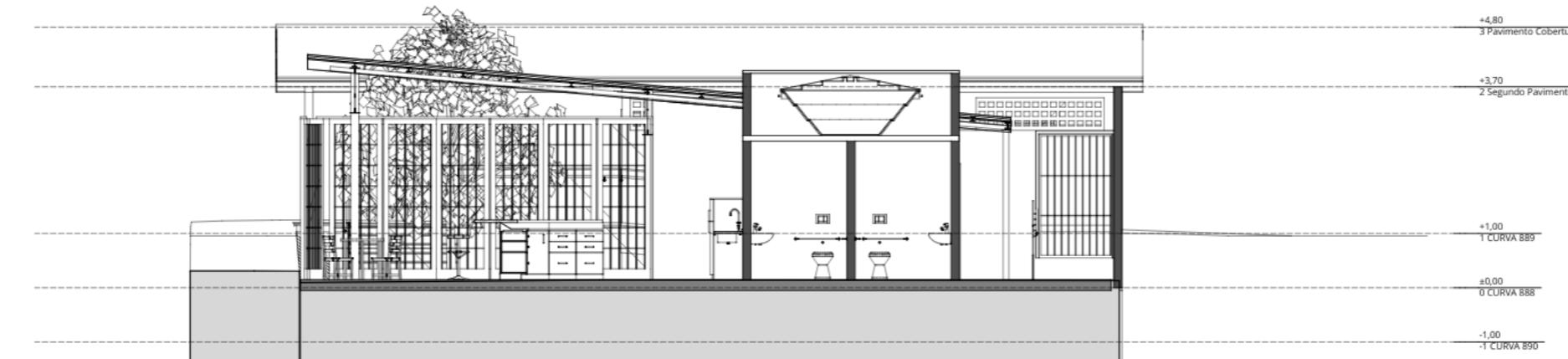
A1

CORTE
SEM ESCALA

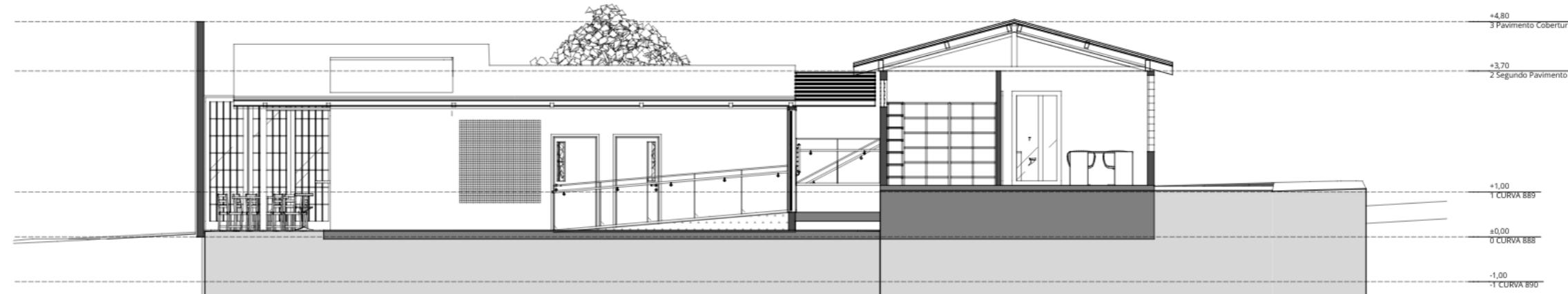


A2

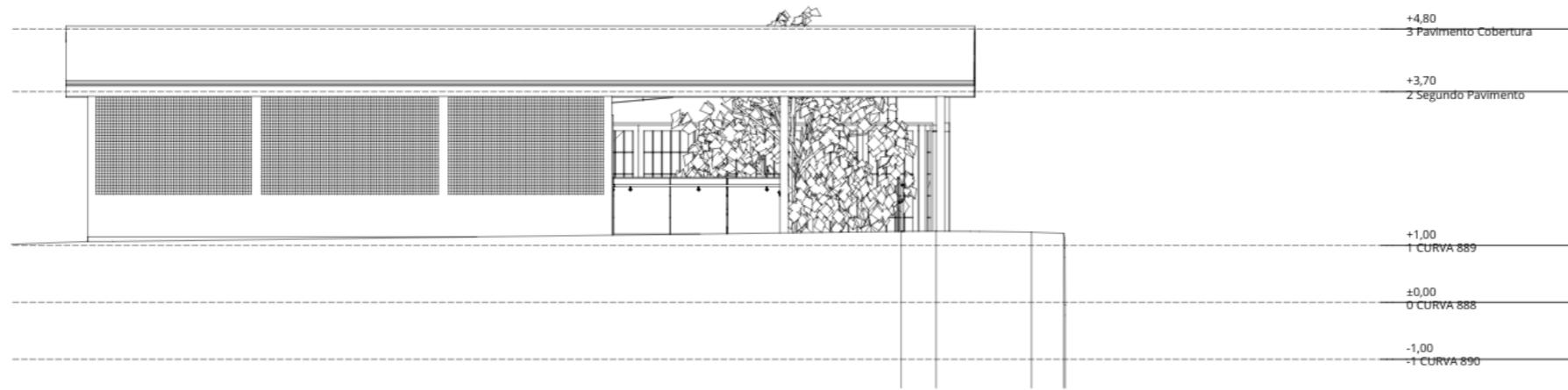
Corte
Escala: 1:50



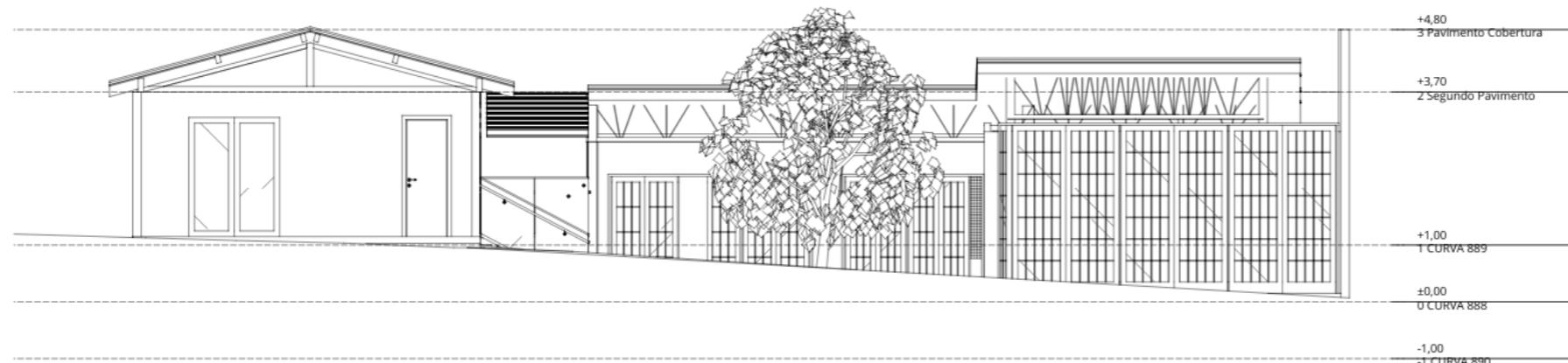
A3
Corte
Escala: 1:50



A4
Corte
Escala: 1:50



1
Elevação
Escala: 1:50



2
Elevação
Escala: 1:50



Fachada da Associação



Fachada da Associação



Vista do café/bar



Vista da Rampa - Acesso às salas e o café



Sala Multiuso



Sala Multiuso



Acesso ao café e as salas multiuso



SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente



Copa



Recepção e Sala de Espera





Considerações Finais

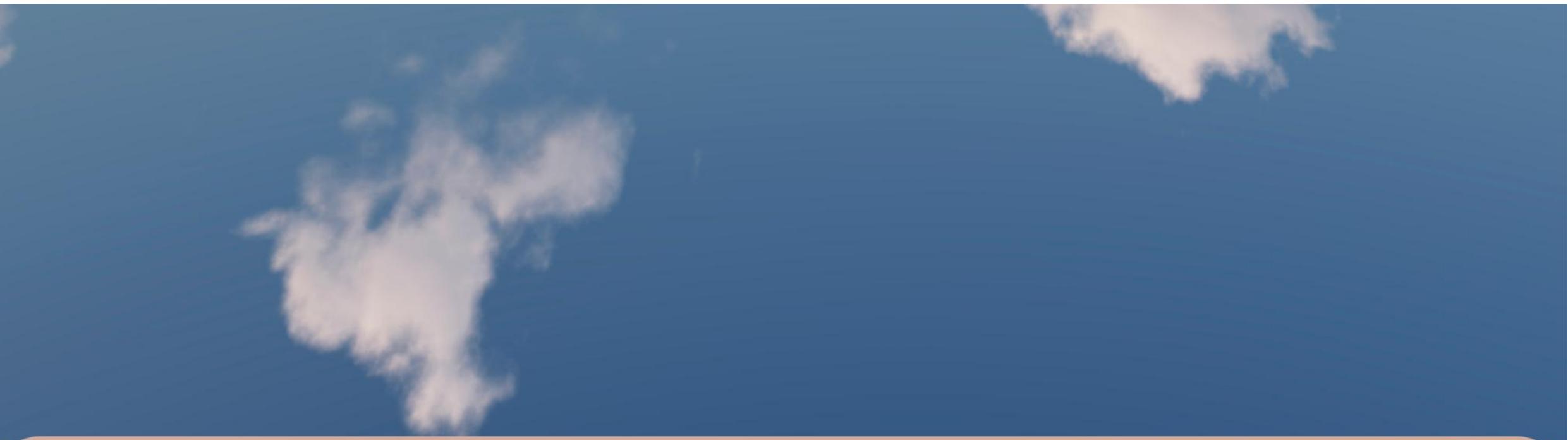
Neste trabalho, com a requalificação de um edifício típico do bairro Santa Mônica e da revitalização da Praça Américo Ferreira de Abreu, buscamos consolidar um espaço de cidadania, pertencimento e conexão comunitária. A partir da valorização das tipologias populares invisibilizadas pela historiografia tradicional da arquitetura, propusemos uma intervenção sensível, que respeita a memória coletiva e os modos de fazer locais, reafirmando a importância da identidade cultural na formação dos espaços urbanos.

A articulação entre edifício e praça, fortalecida através de percursos contínuos, da criação de travessias elevadas e do uso simbólico dos ipês ao longo dos caminhos, reflete a busca por uma arquitetura que se funda com a vida da cidade. Uma arquitetura que não se impõe, mas que costura passado, presente e futuro em um mesmo gesto.

Além de oferecer infraestrutura adequada para eventos, lazer e práticas comunitárias, com este projeto, visamos ativar a dinâmica social do bairro, estimulando a permanência, a participação cidadã e a apropriação dos espaços públicos. A introdução de novos usos, como o espaço de feiras, o café/bar e áreas de apoio ao comércio local, promove o desenvolvimento econômico e reforça os laços sociais e a vitalidade urbana.

Por fim, mais do que uma simples intervenção física, propomos uma nova narrativa para o espaço: a memória não é apagada, mas atualizada; a história popular é reconhecida e valorizada; e a arquitetura assume seu papel de instrumento de democratização e fortalecimento dos vínculos comunitários. Assim, a AMBASAM e a nova Praça Américo Ferreira de Abreu tornam-se símbolos vivos de resistência, identidade e cidadania ativa em Uberlândia.





"Neste projeto, o tempo não é demolido, é edificado. Cada traço, cada árvore e cada encontro reafirma que uma cidade é feita não apenas de ruas e edifícios, mas de memórias preservadas e de futuros possíveis."



Referências

ABERS, R. *Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre*. Cadernos IPPUR, v. 12, n. 1, p. 47-78, 1998.

ABERS, R. *Inventando a democracia: os movimentos sociais e a democratização no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.

AGUIAR, Carlos Eduardo Souza; SILVA, Dayana K. M. da. *Decolonialidade e comunicação contracolonial no tempo das catástrofes*. Revista Extrapreza, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 29–45, jul./dez. 2023. DOI: 10.11606/extrapreza2023.219380.

BAQUERO, M. *Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil*. Opinião Pública, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.

BEATRIZ, S. *Verticalização e reestruturação do bairro: alterações morfológicas na paisagem do bairro Santa Mônica – Uberlândia/MG*. Atena Editora. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/verticalizacao-e-reestruturacao-do-bairro-alteracoes-morfologicas-na-paisagem-do-bairro-santa-monica-uberlandia-mg>. Acesso em: 26 abr. 2025.

COSTA, J. C. *A inserção da (re)produção social do espaço nos circuitos da reprodução ampliada do capital: uma análise geográfica de (re)produção do bairro Santa Mônica, Uberlândia – Minas Gerais*. 2010. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

COSTA, L. E. da. *Reféns da memória: a tentativa de construção da identidade através do apagamento da memória*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/482/1/lucasesperancadacosta.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CUNHA, F. H.; GERIBELLO, E. B.; DE LAURENTIZ, R. C. *Invisibilidades na história da arquitetura e da cidade: revelando tipologias obscurecidas*. NUTHAU/FAUeD/UFU, 2023.

DE MARCHI, J.; PINHEIRO, D. M.; PAGANI, C. *O papel das associações comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas*. Administração Pública e Gestão Social, v. 13, n. 3, jul./set. 2021. DOI: 10.21118/apgs.v13i3.10764.

GAK, I.; TOSELI, N.; SOUSA DA COSTA, A.; CHIPOGO, A. C. A. *Arquivos e decolonialidade: breves considerações acerca de uma abordagem necessária em pesquisa e extensão*. Revista Raízes e Rumos, v. 9, n. 2, p. 104-113, 2021. Disponível em: <http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/11312/10718>. Acesso em: 26 abr. 2025.

HEIDEMAN, L. J. *Making civil society sustainable: The legacy of USAID in Croatia*. Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 29, n. 2, p. 333-347, 2018.

HERTZBERGER, H. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IBGE. *Censo 2022: Indicadores*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=6>. Acesso em: 4 nov. 2024.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRUCHIN ARQUITETURA. *Parque Augusta*. Galeria da Arquitetura, 2021. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/kruchin-arquitetura/parque-augusta/6914>. Acesso em: 26 abr. 2025.

LOURENÇO, L. A. B. *Das fronteiras do império ao coração da república: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LYNCH, K. *The image of the city*. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MENESES, U. F. de. *Reflexões sobre preservação e patrimônio cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MINAS GERAIS. *Praça Américo Ferreira de Abreu*. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/apoio/uberlandia/praca-americoo-ferreira-de-abreu>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA, Leandro Oliveira. *Verticalização e reestruturação do bairro: alterações morfológicas na paisagem do bairro Santa Mônica – Uberlândia (MG)*. In: Anais [...]. Uberlândia: Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento Urbano, [2022?]. p. [s.n.]

SOARES, B. R. *Habitação e produção do espaço urbano em Uberlândia*. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOARES, B. R. *O significado da especulação imobiliária no espaço urbano de Uberlândia - MG*. Revista História e Perspectiva, n. 16/17, p. 121-148, jan./dez. 1997.

SOTTO, Debora. *O Parque Augusta e o papel dos movimentos sociais na luta pelo direito à cidade: algumas reflexões*. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, [s.l.], [s.n.], [2022?].

TEIXEIRA, M. L. M.; POPADIUK, S. *Confiança e desenvolvimento de capital intelectual: o que os empregados esperam de seus líderes*. Revista Administração Contemporânea, v. 7, n. 2, p. 73-92, 2003.

UBERLÂNDIA. *Lei complementar nº 523, de 7 de abril de 2011. Dispõe sobre o parcelamento do solo do Município de Uberlândia e seus distritos.* Uberlândia, 2011.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. *Dados da evolução das construções habitacionais.* Disponível em: <http://uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em: jul. 2013.

VIDANOCENTRO. *Parque Augusta: centro de SP ganha parque que une história, natureza e luta popular.* Disponível em: <https://avidanocentro.com.br/cidades/parque-augusta-centro-sp/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

VITRUVIUS. *O Parque Augusta e a reinvenção dos vazios urbanos.* Arquitextos, ano 08, n. 093. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/167>. Acesso em: 26 abr. 2025.

